

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

IVAN SALES DOS SANTOS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM UMA ESCOLA DA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7**

JUIZ DE FORA

2016

IVAN SALES DOS SANTOS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM UMA ESCOLA DA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

JUIZ DE FORA

2016

IVAN SALES DOS SANTOS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM UMA ESCOLA
DA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 7**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior (Orientador)

Membro da banca

Membro da banca

AGRADECIMENTOS

A todos que direta e, indiretamente, favoreceram a concretização deste projeto, o meu muito obrigado;

Ao meu orientador, Professor Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior, pelas contribuições que enriqueceram esta pesquisa;

À equipe de orientação do PPGP/CAEd/UFJF, pelo acompanhamento contínuo, que possibilitou a elaboração desta dissertação;

Aos membros da Banca de qualificação e de defesa, pelas sugestões e críticas construtivas;

Aos colegas de mestrado, com quem muito aprendi nas oportunidades de troca de experiências;

E, sobretudo, à Secretaria de Educação do Amazonas, por incentivar à capacitação de seus profissionais, investindo na educação do estado.

RESUMO

O presente estudo investiga a implementação de ações de intervenção de uma escola estadual do Amazonas, a fim de diminuir os índices de violência existentes, tendo como ponto de partida uma iniciativa da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE7), órgão vinculado à Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do estado do Amazonas (SEDUC/ AM). Esta dissertação buscou compreender se a intervenção atingiu resultados esperados e se ela modificou a rotina da escola, principalmente, no que tange à melhoria do clima escolar e dos resultados educacionais. O estudo, de caráter qualitativo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, da análise de documentos da escola, tal como o Livro de Ocorrência e, também, da aplicação de entrevistas semiestruturadas, buscando as percepções dos atores envolvidos quanto às práticas de violência no cotidiano escolar. Os dados encontrados foram analisados à luz, principalmente, de autores como Abramovay e Rua (2002), Elias (2011), Bourdieu (2001). A análise realizada neste trabalho provocou algumas conclusões, o que possibilitou a proposição de um Plano de Ação Educacional voltado para a mudança no cotidiano da escola e em suas relações, a fim de que a unidade escolar diminua os índices de violência nela apresentados. Buscamos, com isso, construir um arcabouço reflexivo entorno de uma escola estadual que apresentava alto índice de violência, visando atenuar essa realidade escolar.

Palavras-chave: Violência; Clima escolar; Cotidiano escolar.

ABSTRACT

This study investigates the case of a state school of the Amazon regarding to the initiative of the Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE7), an agency of the SEDUC-AM in the implementation of interventions at the studied school to reduce the levels of violence. The research sought to understand whether this practice reached expected results and if it modified the school routine especially when it comes to improving the school climate and educational outcomes. This dissertation aims to understand, if indeed, the intervention of CDE7 at school, actually had the impact in reducing the levels of violence contributing to the improvement in the school climate. The field research conducted, of qualitative nature, used as methodology the bibliographical research, school documents analysis as the Livro de Ocorrência as well as the application of semi-structured interviews, seeking the perceptions of agents involved regarding the practices of violence occurring in everyday school life. The data were analyzed in the light mainly of authors like Abramovay e Rua (2002), Elias (2011), Bourdieu (2001) among others, and the study reached some conclusions, which led us to propose a targeted Plano de Ação Educacional to allow effective change in school daily life and in their relationships so that the school reduce the violence it presents. We seek, thereby provide a study focused on the case of a statual school which had high levels of violence.

Keywords: Violence; School climate; School daily-life.

LISTA DE ABREVIATURAS

APMC	Associação de Pais, Mestres e Comunitários
CAES	Centro de Atendimento ao Escolar
CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CDE7	Coordenadoria Distrital de Educação 7
CETI	Centro de Educação de Tempo Integral
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GADI	Gerência de Atendimento à Diversidade
GEMAE	Gerência de Auditoria e Monitoramento
GEMAT	Gerência de Matrícula
GEPE	Gerência de Pesquisa e Estatística
GEPPAE	Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAE	Plano de Ação Educacional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROERD	Programa de Resistência às Drogas e à Violência
SEDUC-AM	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas
SEEDUC/RJ	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma da SEDUC-AM.....	22
Figura 2- Organograma da CDE7	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Levantamento do índice de violência por série/turno em 2013	65
Gráfico 2 - Levantamento do índice de violência por série/turno em 2014	66
Gráfico 3 - Índice de Registro de Ocorrências	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumento de Pesquisa para Professores e alunos	43
Quadro 2- Instrumento de Pesquisa para Pais e/ou Responsáveis.....	45
Quadro 3- Instrumento de Pesquisa para a Equipe Gestora	59
Quadro 4- Levantamento da violência no ano de 2013	63
Quadro 5- Levantamento da violência no ano de 2014	64
Quadro 6- Plano de Ação.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –IDEB da Escola Estadual Ana	27
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 POLÍTICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....	17
1.1 As iniciativas de âmbito nacional para o combate à violência na escola.....	17
1.2 Iniciativas estaduais para o combate à violência na escola.....	20
1.2.1 Caracterização da Rede Estadual de Educação do Amazonas.....	22
1.2.2 A atuação da Coordenadoria Distrital de Educação 7 para combater a violência na Escola Estadual Ana.....	24
1.3 A realidade da Escola Estadual Ana e sua relação com a Coordenadoria Distrital de Educação 7.....	26
1.3.1 Uma breve descrição da Escola Estadual Ana.....	26
1.3.2 Intervenção da Coordenadoria Distrital de Educação 7 quanto aos índices de violência da Escola Estadual Ana.....	28
2 A ORIGEM E A TRAJETÓRIA DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR EM TRANSPOSIÇÃO COM A REALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL ANA...31	31
2.1 Definições e conceitos acerca dos atos de violência na escola.....	32
2.2 O percurso metodológico da pesquisa.....	40
2.3 Elaboração das entrevistas.....	42
2.3.1 O primeiro roteiro.....	43
2.3.2 Análise dos resultados – Quadro 1.....	44
2.3.3 O segundo roteiro.....	46
2.3.4 Análise dos resultados – Quadro 2.....	55
2.3.5 O terceiro roteiro.....	58
2.3.6 Análise dos resultados – Quadro 3.....	59
2.4 Análise dos livros de ocorrência.....	62
3 PROPOSTA DE AÇÕES PARA A MELHORIA DA PRÁTICA NA ESCOLA ESTUDADA.....	69
3.1 Sistematização dos registros de violência a partir dos livros de ocorrência para as escolas da Coordenadoria Distrital de Educação 769	69
3.2 Criação de uma comissão de trabalho de enfrentamento à violência..	73
3.3 Elaboração de um calendário de atendimento às escolas da Coordenadoria Distrital de Educação 7.....	74

3.4	Elaboração ou revisão do Projeto Político Pedagógico.....	75
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFEÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

A motivação para o estudo da violência no ambiente escolar surgiu da vivência profissional do pesquisador que, desde o ano de 2012, atua como Coordenador Adjunto Pedagógico da Coordenadoria Distrital de Educação 7 (CDE7), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do estado do Amazonas (SEDUC-AM).

Em seu cotidiano, a escola tem enfrentado, dentre tantos desafios, problemas com a permanência do aluno e com a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos. No que se refere aos problemas apresentados, busca-se compreender se existe a associação entre eles e os altos índices de violência que tem se manifestado na realidade das escolas da CDE7, sobretudo, na escola objeto desta pesquisa que faz parte do conjunto de escolas que compõem a Coordenadoria em questão.

A violência escolar é uma temática que, ao longo dos últimos anos, tem sido fortemente investigada pela CDE 7, na busca de alternativas, junto à gestão escolar, para a melhoria do clima escolar e, conseqüentemente, para a melhoria da aprendizagem e do desempenho das unidades educacionais sob sua jurisdição.

Sabe-se que, no ambiente escolar, permeiam-se diferentes culturas e estilos, o que, quando não há um trabalho sistemático para lidar com as diferenças, pode propiciar vários conflitos, nem sempre construtivos. Assim, a divergência de ideias, a imposição de opiniões e as disputas são ações comuns em lugares que possuem convivência constante de muitas pessoas. No entanto, quando essas atitudes passam dos limites saudáveis da discordância e começam a prejudicar o aprendizado e a harmonia dos estudantes, é necessário tomar medidas que venham trazer equilíbrio para o ambiente escolar.

Desse modo, a título de conceituação e sistematização das noções e posicionamentos tomados neste trabalho, compreendemos violência escolar como toda e qualquer ação que transcende a discordância salutar, evidenciando os problemas individuais, a estigmatização do aluno, as ofensas e a agressão física.

É senso comum afirmar que a educação escolar é primordial para o desenvolvimento do homem, assim como contribui diretamente para o seu desenvolvimento social. Nesse sentido, o ambiente escolar é vital para a promoção de aprendizagens significativas que possibilitem aos alunos o desenvolvimento

dessa capacidade, num ambiente propício à qualidade do processo pedagógico (LUCK, 2009).

A busca pela qualidade do ensino constitui-se num dos princípios constitucionais conforme estabelece o inciso VII, do artigo 206 da Constituição Brasileira. No entanto, quando nos reportamos para o interior da escola, é preciso problematizar e compreender como é construída essa qualidade. É importante que o trabalho educativo, que não se limita somente à sala de aula, seja realizado em um ambiente minimamente acolhedor e prazeroso, em um espaço que favoreça ao aprendizado, fazendo com que as pessoas se sintam confortáveis e se reconheçam como pertencentes daquele ambiente. (RIOS, 2011)

Assim, o objetivo geral deste estudo é compreender se a intervenção da CDE 7, junto a escola, contribuiu efetivamente para a diminuição dos índices de violência, proporcionando a melhoria do clima escolar, bem como compreender os motivos dos altos índices de violência escolar na escola em análise.

Nesse sentido, em consonância ao proposto no objetivo geral, esta pesquisa pretende, em seus objetivos específicos, i) descrever a problemática da violência no contexto nacional, estadual, assim como de que forma essa situação vem afetando a escola pesquisada; ii) analisar os tipos de violência que ocorriam na escola antes da intervenção da CDE7 e se houve diminuição da violência na escola, reverberando em melhorias no clima escolar e; iii) propor melhorias para a gestão escolar no combate à violência, por meio de um Plano de Ação Educacional.

Para o alcance desses objetivos, optou-se pela metodologia do Estudo de Caso que, segundo Araújo et al. (2008), pode ser entendida como uma abordagem metodológica que procura compreender e ou descrever contextos complexos que não estão envolvidos em um único fator. Cabe utilizar essa metodologia quando o pesquisador tem em seu objetivo analisar um fenômeno e compreender o seu processo. Nesse sentido, a fim de preservar a identidade dos participantes deste estudo de caso, a escola estudada recebeu um nome fictício. Foi denominada, nesta dissertação, de Escola Ana.

Este trabalho está estruturalmente dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado Políticas de Combate à Violência na Escola, são apresentadas as iniciativas de âmbito nacional e estadual para o combate à violência na escola; é feita uma breve descrição da rede estadual de ensino do Amazonas e da atuação da Coordenadoria Distrital no combate à violência da escola estudada, descrevendo,

também, a unidade escolar em estudo. Além disso, apresentou-se de que forma se deu a intervenção da coordenadoria quando se deparou com o alto índice de violência na escola em pesquisa.

O segundo capítulo, com base no aporte teórico estabelecido neste estudo, busca compreender a origem e a trajetória da violência no âmbito escolar em transposição com a realidade da Escola Ana. Para tanto, coloca em discussão, os atos de violência na escola, assim como apresenta o percurso metodológico da pesquisa e as análises do quadro de violência, evidenciando como essa prática se materializa diante dos turnos nos quais a escola se organiza. Dessa forma, o capítulo 2 busca responder como se deu a redução dos índices de violência a partir a intervenção da CDE7.

Por fim, no terceiro capítulo, é elaborado, com foco nas ações descritas na análise dos dados coletados na escola um Plano de Ação Educacional que apresenta propostas de melhorias para a escola Ana, com a possibilidade de transposição para o trabalho da coordenadoria.

1 POLÍTICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A violência tem sido tema constante no cotidiano escolar, no entanto, é preciso entendê-la para que as ações preventivas ou corretivas sejam adotadas com base em estudos sólidos, iniciativas ou práticas positivas validadas no âmbito da escola ou a partir dela. Acredita-se que um estudo sobre violência escolar, em uma sociedade eminentemente violenta, precisa investigar as causas desse fenômeno, mesmo que sejam causas restritas a um contexto específico, tal como o da escola Ana. Diz-se isso, visto que generalizações sobre o tema podem incorrer em reflexões vazias de mudanças.

Nesse sentido, compreender a violência escolar na unidade em análise possibilita aos atores envolvidos na problemática a ressignificação de suas relações, com vistas à mudança de comportamento e, conseqüentemente, à melhoria do clima escolar. Mesmo sabendo que esta pesquisa não se propõe a generalizações, pretende-se, com ela, disseminar conhecimento científico e empírico sobre a temática, a fim de que ela possa servir de base para estudos em contextos semelhantes ao pesquisado.

Diante do exposto, neste capítulo, torna-se imprescindível fazer uma reflexão sobre as iniciativas de combate à violência nas escolas, em âmbito nacional e estadual. Além disso, com ênfase nas iniciativas estaduais, cabe caracterizar a rede estadual de educação do Amazonas e a atuação da CDE7 junto à escola pesquisada. Nesse percurso em que se delineia o caso de gestão exposto no primeiro capítulo desta dissertação, é necessário descrever a realidade da escola Ana e sua relação com a CDE7, a fim de que o leitor compreenda os níveis de violência presentes no ambiente escolar.

1.1 As iniciativas de âmbito nacional para o combate à violência na escola

Os dispositivos constitucionais que tratam da educação, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) - Lei Nº. 9.394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Nº. 8.069/90, indicam formas adequadas para o combate à violência nas unidades educacionais, ressaltando o envolvimento dos alunos, de suas famílias e da comunidade e sua integração ao ambiente escolar para uma participação efetiva no debate acerca dos problemas relacionados à

violência e à busca de soluções para essa questão. Nesse sentido, a Constituição Federal, no caput dos seus arts. 205 e 227, estabelece a clara necessidade da integração entre família, sociedade e Estado no processo de educação de crianças e adolescentes, assim, como sua proteção contra toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

No atendimento a essas questões, a LDBEN/96, por meio da promulgação da Lei 11.525/07, tem um acréscimo no seu art. 32, passando, então, a contar com o § 5º que estabelece:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (BRASIL, 1996)

Com isso, pode-se perceber que, no plano formal do que preveem as legislações, apesar das tentativas de valorizar e preservar a criança e o adolescente, os casos de violência chegam às escolas- micro retratos de nossa sociedade -, adentrando profundamente no cotidiano escolar ao ponto de alterar o clima das instituições, influenciar negativamente na aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, nos seus resultados educacionais.

Há ainda de se considerar no que se refere às legislações nacionais que buscam garantir a integridade das crianças e adolescentes e à nossa sociedade em sua instância real, o fato de historicamente mascararmos a violência de nosso país, realizando manobras que sustentam a impunidade e que se distanciam de suas propostas formais. Nossa legislação, em suas letras e ideais, prevê o acolhimento e a proteção necessárias para o jovem. No entanto, o que se observa, sobretudo, nas ruas e escolas da periferia das grandes cidades não está previsto por lei. Percebe-se uma desigualdade que gera e retroalimenta a violência juvenil e que, por sua vez, reproduz e dissemina o preconceito entre classes e raças.

Diante dessa reflexão, Marilene Chauí (1996) nos chama atenção para o que ela denomina de o mais arraigado dos preconceitos em nossa sociedade, afirmando que:

“o povo brasileiro é pacífico e não violento por natureza”, preconceito cuja origem é antiquíssima, datando da época da descoberta da América, quando os descobridores julgavam haver encontrado o Paraíso Terrestre e

descreveram as novas terras como primavera eterna e habitadas por homens e mulheres em estado de inocência. É dessa “Visão do Paraíso” que provém a imagem do Brasil como “país abençoado por Deus” e do povo brasileiro como cordial, generoso, pacífico, sem preconceitos de classe, raça e credo. Diante dessa imagem, como encarar a violência real existente no país? Exatamente não a encarando, mas absorvendo-a no preconceito da não violência. (CHAUI, 1996, p. 120)

É preciso lidar com a quebra do mito de que não somos violentos. A autora nos convida, então, a ver uma realidade que não é a de conto de fadas, mas uma realidade presente na escola e na sociedade como um todo. Portanto, é preciso que se analise o tema violência com um olhar mais atento e preocupado em, de fato, encontrar suas raízes.

Nos últimos anos, com a crescente nos índices de violência escolar, a preocupação com a violência nas escolas aumentou e tornou-se questionável a ideia de que as origens do fenômeno estivessem somente fora dos muros escolares (ABRAMOVAY e RUA, 2002), exigindo estudos mais aprofundados sobre as causas intraescolares da violência, assim como políticas públicas que tentassem sanar esse agravante.

Foi possível perceber, porém, uma movimentação muito incipiente e generalista das instituições macro que pensam o fazer educacional. No âmbito nacional, há diretrizes de ordem macro para a garantia do bem estar do aluno, da criança e do adolescente. As ações e estratégias mais pontuais voltadas para minimizar a violência acabam sendo delegados aos estados, municípios e às próprias escolas. Assim, o estabelecimento de parcerias e convênios passa ser central na busca pelo combate à violência escolar.

Assim como no nacional, no âmbito estadual, as iniciativas para o combate à violência nas escolas ainda são poucas, algumas vezes mais relacionados às ações da segurança pública, firmadas através da parceria de escolas com a Polícia Militar.

Desse modo, veremos, a seguir, as formas como essas iniciativas têm se traduzido em ações efetivas no âmbito das políticas educacionais do estado do Amazonas.

1.2 Iniciativas estaduais para combate à violência nas escolas

Na SEDUC-AM ainda não se desenvolvem ações diretas voltadas para a redução da violência ou a identificação dos tipos de violência que atingem as

escolas do Amazonas. Não há registros oficiais, mas algumas estratégias já foram pensadas com o intuito de combater os casos de violência, identificados a partir de relatos e dos registros de brigas, do consumo e da venda de drogas em unidades educacionais da rede estadual, que, de forma indireta, chegam aos coordenadores adjuntos pedagógicos das coordenadorias distritais.

Entre as ações, destacam-se a instalação de catracas e câmeras de monitoramento, além do reforço na segurança com a contratação de empresa terceirizada, principalmente em escolas localizadas em áreas de risco social. Compreende-se que ações como essas conseguem minimizar os efeitos da violência, mas ainda são inexpressivas no que se refere à compreensão dos motivos que geram os episódios de violência na escola.

Além das ações corretivas descritas acima, há o estabelecimento de parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública (SSP), com programas de prevenção, como a Caravana da Cidadania nas Escolas e Comunidades, que, segundo dados obtidos no Portal *Online* do Governo do Estado do Amazonas, alcançou, em 2013, 18.389 alunos da rede pública de ensino, oferecendo orientações sobre exploração sexual, prática de *bullying*, malefícios do uso de drogas, violência doméstica e sexual, tráfico de pessoas, além da divulgação do ECA (AMAZONAS, 2015).

Indo ao encontro da prevenção e do diagnóstico da violência escolar, em 2012, foi criado o Centro de Atendimento ao Escolar (CAES) na SEDUC-AM. O Centro tinha como objetivo atender o estudante em situação de abandono escolar. A partir de 2015, com uma nova estrutura organizacional, a Secretaria passou a contar com a Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar (GEPPAE), agregando as ações do CAES e atuando, entre outras atribuições, no assessoramento à gestão escolar, oferecendo atendimento pedagógico, psicossocial e de saúde aos alunos da rede estadual de ensino, com o intuito de potencializar o processo de melhoria do rendimento escolar e prevenir o abandono escolar (SEDUC, 2015).

De acordo com os dados fornecidos pela GEPPAE, foram atendidas 43.445 pessoas pelo CAES, entre assistência social a alunos e pais, além de palestras de orientação, oficinas, sessões de terapia, assessoramento às escolas e visitas domiciliares, sem esquecer dos alunos que participam do Programa de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) em parceria com a Polícia Militar. Para a

GEPPAE, não há uma definição sobre o que caracteriza a violência escolar, mas toda e qualquer situação que exponha o aluno a vulnerabilidade deve ser encaminhada para análise e posterior atendimento (SEDUC, 2015).

Ainda no que se refere aos convênios estabelecidos entre a SEDUC e a Polícia Militar, o estado do Amazonas tem se destacado em iniciativas nas quais a polícia se responsabiliza pela gestão de escolas públicas em nome da qualidade da educação, redução da evasão e melhoria do clima escolar. Embora essa seja uma iniciativa que provoca polêmicas entre estudiosos da educação e pais de alunos, desde 2012, tem crescido no estado. Tendo como lema a frase “Disciplina, Honra e Educação”, essas escolas possuem um regime militar, no qual a disciplina é um dos pontos mais trabalhados, assim como médias elevadas.

Diante do exposto, conseguimos perceber que as ações estaduais de combate à violência escolar ainda estão se estruturando no estado do Amazonas. Ou ainda, estão sendo abafadas por práticas antigas de conter a violência, como a repressão militar. Contudo, não se pode negar o esforço em se engajar uma equipe multidisciplinar para a compreensão do problema, no entanto, ainda há de se considerar a voz da escola no enfrentamento dessa questão. É necessário que haja, ainda, a sistematização de práticas intraescolares, realizadas com o apoio das coordenadorias, no que tange à mudança no clima escolar, a fim de que o estado consiga articular políticas mais eficazes para a minimização da violência e, consequente, melhoria da qualidade de ensino, compreendendo por qualidade da educação a formação cidadã, reflexiva e crítica do aluno, o que engloba os índices de desempenho, mas não se esgota neles.

Apesar do acompanhamento ao aluno está diretamente ligada a GEPPAE, a SEDUC conta com uma estrutura organizacional que tem como fim, o atendimento ao aluno. Para tanto e para melhor compreender as ações da SEDUC-AM, faz-se necessário entender como está estruturada a Secretaria de Educação.

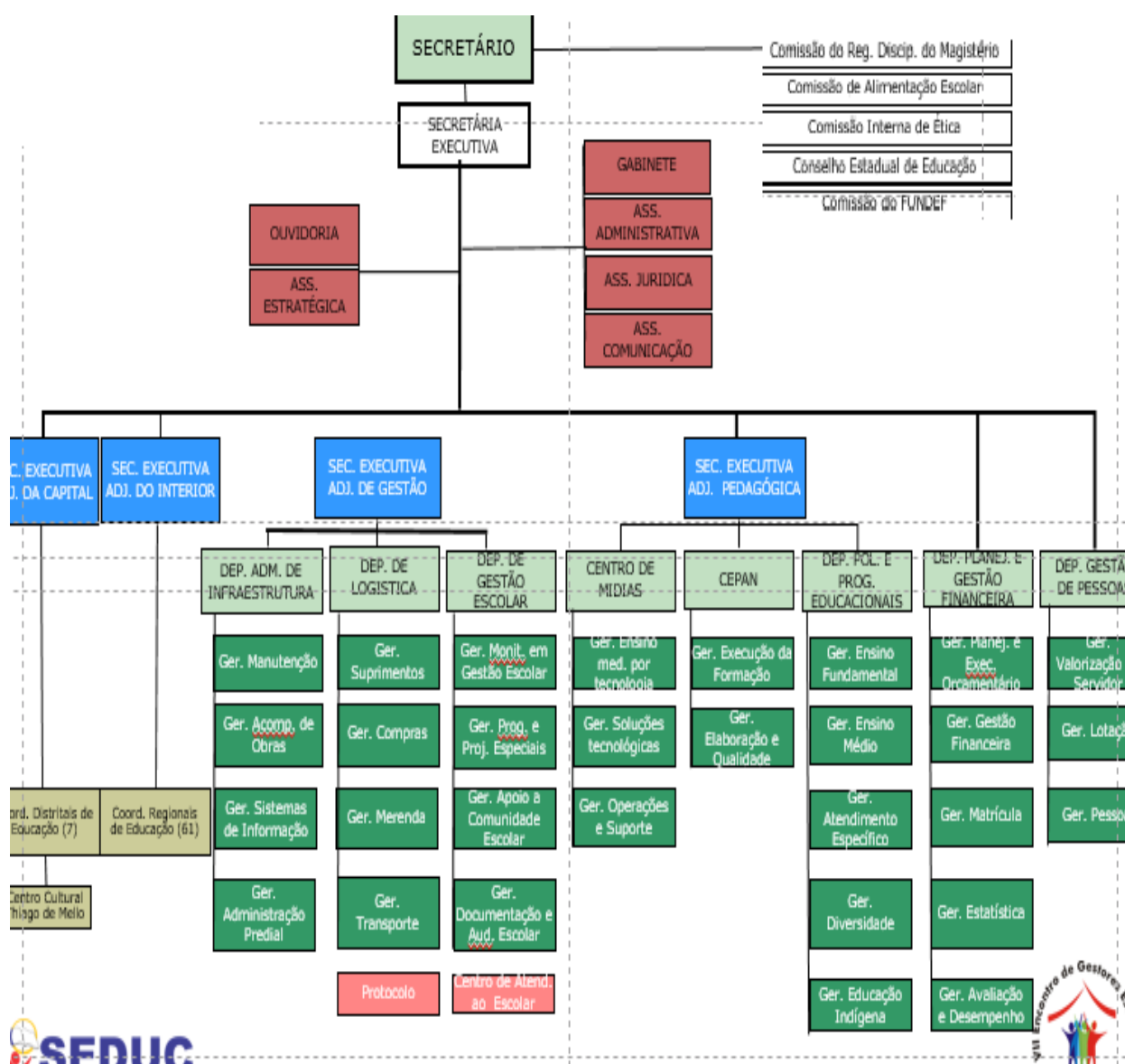
1.2.1 Caracterização da rede estadual de educação do Amazonas

A criação da Secretaria do Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC-AM) – denominada inicialmente como Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura – ocorreu em 1946, em razão da lei nº 1.596 (AMAZONAS, 2014).

A SEDUC-AM é um órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Amazonas e tem, entre suas responsabilidades, a formulação, a supervisão, a coordenação, a execução e a avaliação da Política Estadual de Educação; assim como a execução da Educação Básica (Ensino Fundamental, Médio e modalidades de ensino); a assistência; a orientação e o acompanhamento das atividades dos estabelecimentos de ensino, conforme informado no *site* da SEDUC-AM.

A partir da Lei Delegada nº 3.642, de 2011, a SEDUC-AM recebeu uma reestruturação, conforme o organograma representado pela Figura 1.

Figura 1 – Organograma da SEDUC-AM



Fonte: SEDUC-AM, 2015.

A Secretaria obedece à seguinte configuração: um Secretário de Estado, um Secretário Executivo e quatro Secretários Adjuntos – os últimos definidos como um Secretário de Gestão, um Secretário Pedagógico, um Secretário da Capital e um Secretário do Interior, todos com funções definidas de atividades-meio e atividades-fim ligadas a ações administrativas e pedagógicas. As Coordenadorias Distritais, por sua vez, estão diretamente subordinadas à Secretaria Executiva Adjunta da Capital (AMAZONAS, 2013).

Compete à Secretaria de Educação, via o trabalho de seus representantes, a formulação, a coordenação, o controle, a avaliação e a execução das políticas educacionais do Estado, zelando pelo cumprimento da legislação específica por meio da execução de programas, ações e atividades relacionadas às suas atribuições (AMAZONAS, 2015b).

É oportuno destacar que a SEDUC-AM atende a 586 escolas, sendo que, na capital do Estado, estão localizadas 227 escolas distribuídas em sete Coordenadorias Distritais. A rede estadual atendeu, no ano de 2014, a 457.530 alunos matriculados e distribuídos nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, na Educação de Jovens e Adultos, na Educação Especial, na Educação Escolar Indígena e nos programas de correção de fluxo (AMAZONAS, 2014).

Dentre as coordenadorias, a CDE7 é a que atende as escolas da área de expansão da Zona Norte, a qual compreende 25 estabelecimentos de ensino, entre as quais, a escola, objeto da pesquisa. Portanto, é oportuno descrever como ocorre a atuação da CDE7 no combate à violência escolar.

É válido destacar, antes de passarmos para a próxima seção da pesquisa, que compreender o funcionamento da rede estadual de ensino do Amazonas é fundamental para além de demonstrarmos a relação entre as coordenarias e as escolas, pensarmos nas instâncias de criação e validação das políticas públicas educacionais do estado, o que será retomado no Plano de Ação Educacional, elaborado no terceiro capítulo desta dissertação.

1.2.2 A atuação da Coordenadoria Distrital de Educação 7 para combater a violência escolar

A partir do ano de 2005, a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC-AM) criou as Coordenadorias Distritais e Regionais,

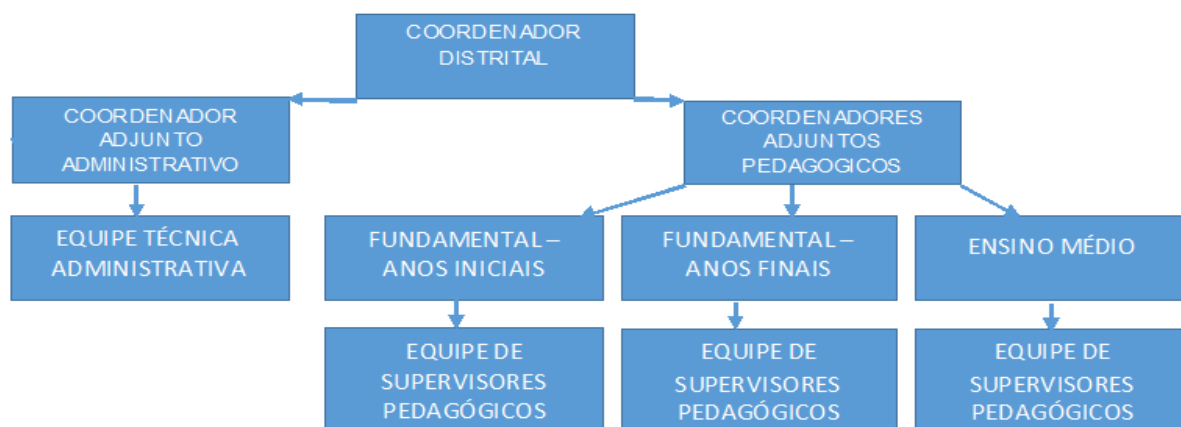
regulamentadas pela Lei Delegada nº 78/2007. Em 2011, considerando a expansão urbana e demográfica da região norte da cidade de Manaus, criou-se uma nova Coordenadoria Distrital: a CDE 7, regulamentada pela Lei Delegada nº 3.642/2011. Por meio dessa reformulação, as Coordenadorias passaram a contar com coordenadores adjuntos para os três níveis de ensino (Anos Iniciais, Anos Finais e Nível Médio) (AMAZONAS, 2014).

A CDE7 foi criada através do Decreto Lei nº 3.642, de 26 de julho de 2011. Sua sede foi inaugurada em 16 de março de 2012 e está localizada na Avenida Grande Circular II, nº 30, Loteamento Rio Piorini, abrangendo a área de expansão da zona norte II da cidade de Manaus, o que equivale a 15.239,03 hectares (SEDUC, 2015).

Na CDE 7, encontram-se 25 escolas que atendem a modalidades de ensino em diferentes níveis: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Projeto Avançar.

A Figura 2 apresenta o organograma da Coordenadoria Distrital 7.

Figura 2 - Organograma da CDE7



Fonte: AMAZONAS (2013).

A equipe gestora da Coordenadoria é composta pelo coordenador distrital, coordenador adjunto administrativo, 03 coordenadores adjuntos pedagógicos, 29 supervisores pedagógicos e 12 técnicos que compõem a equipe administrativa, na qual há um coordenador de redução do abandono escolar, um assessor para programas e projetos, entre outros. Consideram-se ainda na sua composição 2.105 servidores, distribuídos nas 24 escolas, e em uma escola que funciona em um prédio anexo. As escolas estão distribuídas em três Centros de Educação de Tempo

Integral (CETI), uma escola de tempo integral, uma escola da Polícia Militar e 19 escolas convencionais, atendendo a um total de 34.929 alunos matriculados (AMAZONAS, 2015a).

No entanto, para tratar de questões relativas à violência na escola, não há um supervisor pedagógico específico. A violência no ambiente escolar tem exigido reflexões, discussões e ações que viabilizem o seu enfrentamento, dessa forma, todos os integrantes da Coordenadoria estão diretamente envolvidos nessa ação.

As escolas que compõem a CDE7 estão localizadas na zona norte da cidade. De acordo com dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2012), Manaus possuía uma população estimada, em 2014, de 2.020.301 habitantes. A zona norte é a segunda maior região da cidade e a que mais cresce, o que justificou a criação de outra Coordenadoria, quatro anos atrás, pela SEDUC-AM (IBGE, 2011).

Tal como discutido anteriormente e diante do que a descrição realizada nesta seção do trabalho pode nos mostrar, a CDE7 é relativamente nova e ainda está estruturando as ações relativas ao combate à violência escolar.

1.3 A realidade da Escola Estadual Ana e sua relação com a Coordenadoria Distrital de Educação 7

Na presente seção, descrevemos a escola na qual a pesquisa foi realizada, apresentando seus dados e buscando direcionar a ela um olhar mais minucioso. Ainda nesta seção, destacamos as formas de intervenção da Coordenadoria Distrital de Educação 7 quanto aos altos índices de violência na escola estudada. É válido ressaltar, ainda, que a escolha de apenas uma escola num universo de 25 das atendidas pela CDE7 se dá para que seja possível fazer um estudo mais atento dos episódios de violência de uma escola, cujos índices são altos, e discutir o papel da comunidade escolar representada pelo gestor, assim como da coordenadoria no enfrentamento da violência.

1.3.1 Uma breve descrição da Escola Estadual Ana

A Escola Ana está situada em um bairro da zona norte de Manaus. O município de Manaus possui uma área territorial de 11.401 Km² e uma população estimada, em 2014, em 2.020.301 habitantes, sendo sua densidade demográfica de

158,06 hab./Km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,737, conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2011).

A escola foi inaugurada em 01 de março de 2010, mas seu decreto de criação de nº 29.717/2010 foi publicado em 15 de março do mesmo ano. Suas atividades foram voltadas para atender ao Ensino Fundamental/Anos Iniciais e Anos Finais em 12 salas de aulas climatizadas. (AMAZONAS, 2010)

O prédio escolar é constituído com dois pavimentos que conta, além das salas de aula, com um auditório; uma secretaria; uma sala de professores com banheiros; um refeitório; um laboratório de informática com 17 computadores; uma sala para leitura; um banheiro masculino e um feminino para os educandos; além de equipamentos eletrônicos como aparelhos de DVD, *datashow*, caixa de som amplificada, *micro system*, microfones e *notebook*. Possui, ainda, uma quadra poliesportiva coberta e um sistema de monitoramento com câmeras de segurança terceirizadas mantido pela SEDUC-AM. A biblioteca segue o padrão da Secretaria e dispõe de um acervo diversificado, entre materiais didáticos pedagógicos, jogos didáticos e materiais bibliográficos para atender às necessidades dos educandos e dos docentes (AMAZONAS, 2015).

Em 2015, a escola atendeu a um total de 865 alunos distribuídos em 22 turmas entre os períodos matutino e vespertino, com 11 turmas matutinas com alunos do 6º ao 9º ano; e 11 turmas vespertinas, atendendo aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As matrículas são realizadas através do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM).

Essa unidade de ensino conta com uma equipe composta por 65 profissionais, entre docentes, pedagoga, gestora e servidores administrativos. A gestora escolar está na escola desde a inauguração e possui formação em Pedagogia. A escola conta, ainda, com a Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC), com o Conselho Escolar e com o Regimento Interno aprovado. O seu Projeto Político Pedagógico foi reformulado e está sob análise da equipe da Gerência de Auditoria e Monitoramento (GEMAE) da SEDUC-AM (SIGEAM, sd).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a escola tem melhorado seus resultados, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – IDEB da Escola Estadual Ana

ESCOLA	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
ANA	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS	-		-	4,9	5,2	-		-	5,2	5,5	5,7	6,0	6,2
ANOS FINAIS	-		-	3,5	4,1	-		-	3,7	4,0	4,2	4,5	4,8

Fonte: autoria própria, elaborada a partir dos dados do INEP/ BRASIL (2014).

A referida escola iniciou a sua participação nas avaliações de larga escala em 2011 apresentando resultado satisfatório. No ano de 2013, alcançou a meta de 5,2 projetada para os Anos Iniciais e superou a meta projetada para os Anos Finais, visto que alcançou índice 4,1 quando o estipulado era 3,7. Conforme avaliação do INEP, atingiu a meta e cresceu, podendo ainda melhorar.

Os indicadores do INEP mostram os resultados positivos da escola. No entanto, no ano de 2013, os dados coletados nos livros de ocorrência da unidade escolar apontavam para os muitos registros de violência. Associados a esses registros, havia as várias manifestações por parte da gestora da escola Ana acerca dos eventos de violência. A inquietação por parte do autor deste trabalho surgiu mediante esse contexto.

Diante dessa realidade, a CDE7, através de sua equipe pedagógica, fez um levantamento de informações junto a gestão da escola, verificando em que turno e nível de ensino se concentrava os atos de violência, quais os resultados educacionais das turmas por nível de ensino e qual o perfil dos alunos agressores.

Tal levantamento preliminar realizado com base nos livros de ocorrências da escola apontava para a prática de violência física e verbal com a predominância nos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, mais precisamente, envolvendo os alunos dos 7º. anos como os principais envolvidos nesses episódios.

Na seção seguinte é pertinente tratar como se deu a intervenção da CDE7 em relação ao alto índice de violência apresentado pela escola.

1.3.2 Intervenção da Coordenadoria Distrital 7 quanto ao índice de violência na Escola Ana

A violência registrada na escola Ana, conforme consta nos livros de ocorrência dos anos 2013 e 2014, abrange desde casos de indisciplina até agressão verbal e/ou física entre alunos ou contra os profissionais da escola. Tal realidade chamou atenção da CDE7 ao se voltar às reclamações postas pela equipe gestora da escola. Nesse sentido, a primeira ação da coordenadoria foi a de definir um cronograma para as visitas dos supervisores pedagógicos à escola, a fim de que fosse possível realizar um acompanhamento sistemático com a atenção voltada para a redução dos casos de violência que ali se manifestavam.

A violência escolar abrange praticamente a todas as relações possíveis no ambiente, entre alunos, professores, funcionários e pais, o que implica em considerar todas as relações sociais, em especial a dos alunos (ABRAMOVAY e RUA, 2002). Os autores afirmam que,

se a escola é lugar de formação e informação dos jovens, a violência representaria, em si, um elemento que demanda atenção especial, no processo de socialização. Portanto, cuidar do tema significa trabalhar para desconstruir fontes de violência, bem como sua multiplicação em outros lugares e tempos, arriscando o hoje e o amanhã (ABRAMOVAY e RUA, 2002, p. 24)

Portanto, as visitas dos supervisores escolares serviram para fazer um diagnóstico mais balizado sobre a problemática. Essas visitas ocorreram numa frequência média de uma vez por semana, sendo monitorada pelo coordenador pedagógico dos anos finais.

Dentre as sugestões dadas à gestão escolar, a de trocar o turno na oferta de vaga para os alunos dos Anos Finais no ano seguinte foi considerada pertinente, visto que, no início do segundo semestre, iniciavam-se o planejamento para a matrícula dos alunos na rede pública.

Ao observar a organização da oferta de vagas por níveis de ensino na rede estadual, percebe-se que as escolas que atendem a dois níveis do Ensino Fundamental geralmente oferecem os Anos Iniciais no turno matutino e os Finais no vespertino. Esse agrupamento leva em consideração a idade, a maturidade e a organização dos tempos de aulas, entre outros fatores.

O rompimento dessa lógica já estabelecida contou com a ação do gestor escolar ao verificar, nos diários de aula, que o índice de infrequência do aluno do turno vespertino era alto, possivelmente por falta de motivação pelos estudos, pela falta de acompanhamento dos pais e/ou a predominância de práticas como indisciplina, namoros, rixas, entre outros comportamentos peculiares aos adolescentes que tiravam o aluno do foco, embora sejam práticas costumeiras e naturais do comportamento adolescente. A gestora também verificou que, conforme as fichas de cadastros dos alunos, os seus endereços viabilizavam a mudança de turno sem ocasionar maiores transtornos. Os pais foram consultados sobre a troca, tanto para os Anos Iniciais quanto para os Finais, assentindo a mudança.

Ao verificar a necessidade de intervir na Escola, a CDE7, diante da problemática, sugeriu a mudança de turno de oferta do Ensino Fundamental Anos Finais, acreditando que possivelmente as principais mudanças comportamentais aconteceriam a partir da maior participação dos pais no cotidiano escolar dos filhos, a maior disposição para o estudo e o distanciamento dos fatores que impactavam nos atos de violência na escola. Assim, após a orientação da CDE7, a escola Ana optou por mudar o turno de oferta do Ensino Fundamental Anos Finais no ano seguinte.

Para se efetivar a troca de turno para o ano de 2014, a CDE7 contou com o aval da Gerência de Pesquisa e Estatística-GEPE, responsável pelo levantamento da demanda de vagas, reordenamento e organização das escolas, entre outros.

Outra ação da coordenadoria foi viabilizar a participação da escola em programas sociais com foco na violência, a exemplo do Programa Ame a Vida¹.

Nesta etapa do trabalho, foram apresentadas as ocorrências dos episódios de violência mais substanciais da escola em estudo. As descrições aqui realizadas passam pela experiência pessoal do autor, assim como pelos relatos feitos pelos profissionais da escola. Para embasar o caso de gestão que ora se delineia, no segundo capítulo, desta dissertação, apresentamos as ocorrências de violência da escola a fim de melhor compreender a situação da unidade à luz da teoria e, em seguida, propor ações para minimizar essa problemática.

¹ PROGRAMA AME A VIDA. Ação do Governo Estadual no período de 2009-2014 que integrava o Plano de Revitalização da Segurança Pública. Tinha como objetivo o de prevenir a violência e reduzir ocorrências de caráter social, tais como o conflito familiar e a drogadição (AMAZONAS, 2009).

Feita a descrição do estudo de caso, dando ênfase nas ações de intervenção por meio da CDE7 junto à escola Ana, foi apresentado no capítulo 2, a metodologia e a fundamentação teórica que deu suporte às análises dos dados coletados na pesquisa de campo.

2 A ORIGEM E A TRAJETÓRIA DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR EM TRANSPOSIÇÃO COM A REALIDADE DA ESCOLA ANA

Para discutirmos sobre as ações da Escola Ana frente a sua realidade em relação à violência escolar, foi necessário primeiramente conceituar esse universo embasando-nos em uma pesquisa bibliográfica. Dentre os principais autores que fundamentam a pesquisa, destaquemos Abramovay e Rua (2002), VEIGA (1995), Gadotti (2000) e Derbarbieux (1998).

Ao iniciar a pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender o contexto no qual estamos inseridos no âmbito de Violência Escolar. Essa pesquisa proporcionou uma reflexão mais clara e objetiva sobre o que se pretendia buscar na etapa de ida ao campo.

Em visita à escola, obtivemos acesso aos livros de registro de violência e realizamos, como análise documental, uma leitura minuciosa de todas as ocorrências, a fim de compreender a ordem, a origem e a motivação dos atos de violência na escola. Isso foi necessário considerando o principal objetivo da pesquisa, que é compreender, a partir da intervenção da CDE7 junto à escola, se houve efetivamente impacto na diminuição dos índices de violência na escola Ana, contribuindo, com isso, para a melhoria do clima escolar.

É necessário esclarecer que, quando referimo-nos à intervenção da CDE7, não estamos falando somente do resultado final dessa intervenção – a mudança do turno –, mas sim da preocupação e do estudo sistemático a fim de se compreender o que a gestão escolar e a gestão da regional podem fazer, em parceria, para minimizar os efeitos negativos da violência escolar.

Os dados obtidos na pesquisa de campo são, além dos Livros de Ocorrência, entrevistas semiestruturadas aplicadas aos alunos, pais, professores e gestora da escola, resultando em uma reflexão sob a visão dos sujeitos acerca do tema estudado.

Dessa forma, neste capítulo, explorou-se os aspectos situacionais da Escola Ana, resgatando dados de como ela se encontrava no ano de 2013, em relação aos seus registros de ocorrências, para, posteriormente, confrontarmos juntamente com os dados de 2014, a fim de compreendermos quais foram os efeitos da intervenção da CDE7 na escola.

2.1 Definições e conceitos acerca dos atos de violência na escola

Atualmente, caracterizar a violência em um contexto escolar não passa somente pelas práticas dos alunos em sua convivência com seus colegas. Oliveira (2009) afirma que a violência está cada vez mais presente, intensa, diversa e preocupante, ganhando outras formas e dimensões. Por meio dos conceitos trazidos pela educação formal, acredita-se que a violência nas escolas se configura como um dos graves problemas que vêm afetando o processo educacional como um todo, visto que essa prática não atinge apenas os alunos, pois também afeta, de forma direta ou indireta, todos profissionais da escola. Elias (2011) define a violência escolar da seguinte forma:

a expressão “violência escolar” engloba uma multiplicidade de práticas heterogêneas que se apresentam juntas, entrelaçadas. É, portanto, uma constelação. Envolve qualquer tipo de violência que ocorra no contexto escolar, com qualquer pessoa ou instituição que tenha vínculo direto ou indireto com a escola (ELIAS, 2011, p. 11).

Levando em consideração a definição proposta por Elias (2011), podemos compreender que qualquer dano moral ou físico de qualquer indivíduo participante da escola pode ser considerado violência. No entanto, ao pensar nos diversos fatores que levam ao ato danoso, faz-se necessário compreender quais os tipos de violência existentes na escola.

Dentre os vários estudos sobre a temática, destaca-se o de Charlot e Émin (1997), que apontam, em suas obras, as dificuldades em caracterizar a violência escolar. Entre os fatores para essa dificuldade está o fato de o causador da violência ser o estudante, aquele que denominamos como criança e ao qual associamos atitudes próprias da infância. Por isso, a necessidade de buscar as causas dessa prática, compreendendo o aluno que pratica a violência como fruto da violência social da qual faz parte.

Pesquisadores como Dûrpaquier (1999) e Bourdieu (2001) destacam a violência escolar oriunda de causas silenciadas por poderes que não se nomeiam, efetivadas por meio de atitudes como danos à estrutura física da escola, intimidações, empurrões, xingamentos e/ou quaisquer atitudes com o intuito de provocar medo, que muitas vezes passam despercebidas pelos professores ou gestores, elevando o índice de ações semelhantes.

Os fatores que levam os estudantes a apresentarem esse tipo de atitude estão ligados a fenômenos internos e externos ao ambiente escolar, denominados fatores endógenos e exógenos. Os fatores exógenos, em sua grande maioria, estão ligados às questões de raça, gênero, convivência familiar e ao espaço geográfico da escola, enquanto os endógenos estão voltados para as questões de série e idade dos alunos, do regimento escolar, do comportamento dos professores e do currículo escolar como um todo (DEBARBIEUX, 2002). É em relação aos fatores endógenos que as escolas precisam refletir, visto que ações da gestão, bem como da comunidade escolar como um todo, podem interferir nesse aspecto.

Derbarbieux (1998), ao estudar sobre a violência escolar, menciona os fatores exógenos como os mais encontrados nos casos das escolas, isso em sua maioria devido ao desemprego e à localização das escolas em bairros pobres, onde a massificação do acesso à escola permite o envolvimento de jovens influenciados negativamente por gangues e outros grupos praticantes de má conduta.

Assim, segundo Abramovay e Rua (2002), os anseios depositados sobre a escola como um ambiente de preparação para o mercado de trabalho, para formação de conhecimentos e de transmissão de valores vêm sendo perdidos e trocados por questionamentos da sociedade fundamentados nas atitudes de vandalismo, mostrados através da mídia social ou até mesmo presenciados em suas comunidades.

A complexidade em compreender os fatores ligados à violência escolar está diretamente relacionada às características do espaço ao qual a instituição está inserida. Características como insegurança, acesso às bebidas alcoólicas e presença de tráfico de drogas são fatores de um ambiente escolar altamente favorável à violência.

Derbarbieux (1998) deixa claro que o ambiente escolar favorável à violência também pode ser formado pela equipe gestora da escola, caso esta não possua, em suas metodologias, formas de repensar e modificar o comportamento do aluno, maneiras que atendam às necessidades socioeducativas de um aluno agressor e que levem ao aluno refletir sobre suas ações, sendo um sujeito transformador com possibilidade de mudanças, em oposição às situações em que aquele, visto como um agressor é punido, sem possibilidade de reversão de seu comportamento.

Da mesma forma que a equipe gestora tem o poder de potencializar as atitudes de violência em seus alunos, também pode construir um ambiente

transformador, que evidencie atitudes de bem-estar e respeito entre seus sujeitos. Tal prática pode ser respaldada por meio do Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), o qual “é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade” (VEIGA, 1998, p. 12).

Nesse contexto, o PPP, documento construído pela comunidade escolar e que propõe melhorias individuais e coletivas exclusivas de uma determinada escola, é uma ação que intensifica as metodologias a serem utilizadas como melhoramento dos índices de violência na escola. Ao abordar os princípios da escola, o PPP deve apresentar metodologias que visem às transformações que a comunidade escolar deseja alcançar, a partir das reflexões resultantes da realidade da escola. Assim, projetar deve ser uma prática constante da escola, pois

traz imiscuída a ideia de futuro, de vir-a-ser, que tem como ponto de partida o presente (daí a expressão “projetar o futuro”). É extensão, ampliação, recriação, inovação, do presente já construído e, sendo histórico, pode ser transformado: “um projeto necessita rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Tornar-se instituinte” (GADOTTI, 2000).

Embora o autor destaque a ideia de projetar como um ponto de partida para a transformação, esta não é uma ação que inicialmente traga conforto para os atores no espaço escolar. Planejar nem sempre é uma tarefa fácil, pode trazer insegurança aos envolvidos no processo, pois mudanças são sempre desafiadoras. Para Gadotti,

todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

Nesse contexto desafiador, quanto ao índice de violência escolar, o âmbito pedagógico do PPP deve conter regras que normatizem o comportamento dos alunos, fazendo-o de forma clara para que o próprio aluno-agressor seja capaz de compreender o fator de sua agressão. É importante pensar nesse documento como democrático reflexivo e acessível a todos, pois

[...] na dimensão pedagógica, reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo,

responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1995, p. 13).

Com isso, para estabelecer um vínculo com o que se espera alcançar ao combater a violência e para projetar melhorias na escola a partir das intencionalidades construídas no PPP, é necessário conhecer as formas pelas quais esses atos violentos se expressam. Portanto, deve-se primeiramente compreender os tipos de violência existentes. Bastos (2008) a caracteriza como Violência Física, Violência Patrimonial, Violência Psicológica, Violência Sexual e Violência Institucional. Segundo o autor, essas são as mais presentes nos relatos das escolas.

Diante da caracterização de Bastos (2008), percebe-se que alguns casos são fáceis de sinalização e mudança no ambiente escolar, sendo outros mais ocultos, porém com alto poder influenciador no processo de ensino-aprendizagem.

Tão importante quanto caracterizar os tipos de violência, é identificar as categorias. Diante das pesquisas de Abramovay e Rua (2002), as categorias podem ser expressas através da violência contra pessoa, contra a propriedade e contra o patrimônio.

A violência contra a pessoa, segundo os autores, é mais comum nas escolas e trata de ameaças, brigas, violência sexual e uso de armas.

As ameaças são originadas por promessas de danos ou violação física ou moral, e estão presentes entre os alunos e professores, ou até mesmo dirigidas a pais e demais funcionários. Essas podem estar relacionadas a fatores tanto endógenos quanto exógenos (ABRAMOVAYe RUA, 2002). É comum que as ameaças aos professores sejam originadas por conta de notas e falhas disciplinares na sala de aula. Ao corpo gestor, ocorrem em grande maioria por conta das advertências e punições por falhas comportamentais. As ameaças podem ou não se concretizar em violências físicas, o que resulta na principal causa do clima de intimidação.

A categoria de brigas é a mais comum nas escolas. Inicialmente, suas causas são os ataques verbais, considerados corriqueiros pelos corredores escolares ou fora do espaço escolar. Abramovay e Rua (2002) afirmam que qualquer olhar desafiador no futebol, no lanche ou até mesmo apelidos podem levar aos conflitos.

Na categoria de violência sexual, incluem-se diversas formas de intimidação sexual, desde olhares a comentários obscenos, além de fofocas, frases e desenhos

no espaço do banheiro. Os autores ressaltam a violência sexual como uma das mais praticadas por professores contra os alunos, e mais comum com as mulheres. Alguns depoimentos de pesquisas reforçam a visão preconceituosa de que as mulheres são provocadoras do assédio contra elas mesmas. Há, ainda, alguns casos de estupros, tendo como consequência, além do trauma causado no(a) aluno(a) vítima dessa agressão, o abandono da escola.

Já no caso do uso de armas, a utilização pelo agressor está fortemente ligada à necessidade de imposição de respeito, proteção ou defesa, porém a utilização da arma só aumenta o perigo diante dos confrontos. Alguns relatos de alunos apontam a facilidade da compra de armas, mostrando familiaridade com o mundo do crime. O estudo de Abramovay e Rua (2002) destaca que, em relação às armas, existem queixas por parte dos alunos quanto à inexistência de medidas eficazes para conter a entrada desses instrumentos nas escolas, fazendo com que se sintam desprotegidos.

Abramovay e Rua (2002) destacam que a violência contra a propriedade ocorre através de roubos ou furtos. Ambos consistem na subtração de bens, cuja maioria dos casos registrados nas escolas estão ligados a roubos de objetos pessoais no ambiente escolar, entre outros. Alunos e demais funcionários estão sujeitos a esse tipo de violação.

Sobre a violência contra o patrimônio, a autora destaca o vandalismo, muitas vezes exercido de forma despercebida, às vezes omissas. Depredação e pichação são apontadas como as mais comuns, em forma de protestos ou declarações sentimentais, tendo como alvo principal os banheiros escolares. A explosão de bombas é o exemplo mais comum de cumplicidade, na qual há omissão do causador da violência.

Como já dito anteriormente, a escola deve ser um ambiente que promova e potencialize as relações salutaras com a comunidade. É necessária a parceria com os pais e todos envolvidos indiretamente com a escola, estabelecendo estratégias que venham contribuir para a redução da violência.

O policiamento na escola se destaca como uma ação preventiva na comunidade, pois somente a presença da Polícia já inibe casos violentos. Observa-se que ainda não há uma opinião única formada sobre essa questão, pois a concepção dessa modalidade de enfrentamento da violência se concebe apenas no ponto de vista repressivo (ABRAMOVAY e RUA, 2002).

De acordo com Borges (2003), o modelo norte-americano de combate à violência escolar, ao longo de dez anos, construiu procedimentos para combater ostensivamente tal prática. Em suma, houve um aumento nos casos de violência escolar, visto que o comparecimento da polícia na escola excluiu do corpo docente a tarefa de construção do senso moral dos alunos relacionados à prática de ações de disciplina, sobretudo em respeitar os direitos do próximo.

Tal análise deve ser feita considerando a iniciativa do estado do Amazonas em delegar à polícia militar a gestão de algumas escolas públicas sob a justificativa de melhorar os índices educacionais e minimizar os efeitos da violência. A inibição da violência por meio de repressão além de não possibilitar o posicionamento crítico do jovem, abafa os reais motivos da violência no espaço escolar.

Diante desse contexto, observa-se que a literatura ressalta que, dentre todas as estratégias para enfrentar a violência escolar, a utilização apenas do ponto de vista repressivo e a exclusão do corpo docente desse processo tem sido o causador de grandes divergências e polêmicas.

Para Guimarães (1996), o corpo de policiais poderia receber um treinamento maior para a atuação nas escolas, administrando diferenças e conflitos, pois no interior dos batalhões de policiamento militar, a autoridade maior é respeitada incondicionalmente. Dessa forma, tal atitude não se adéqua ao ambiente institucional de ensino.

Ao longo dos anos, foi observado diante da literatura em geral, que diversos programas contra a violência escolar foram criados pelas instituições policiais, obtendo diminuição dos índices de prática violenta. Ressalta-se, nesse sentido, que a maioria desses programas se dá de forma conjunta com a escola, utilizando o seu espaço para a utilização de atividades de conscientização e pertencimento ao ambiente escolar. Não são, portanto, ações de repressão e punição do aluno agressor.

Porém, no combate à violência nem sempre a segurança nas escolas é realizada pela polícia. No caso das escolas públicas, há vigias desarmados que exercem ao mesmo tempo o cargo de porteiros e de protetores do patrimônio escolar. São modelos de parcerias que reduzem a participação da comunidade escolar, retirando, de certa forma, a sua autonomia diante do enfrentamento dos problemas.

De acordo com Schilling (2008), para que ocorra a diminuição da violência escolar, é necessário trabalhar de modo amplo, ou seja, alunos, professores, responsáveis e o Estado necessitam saber qual sua função no interior da escola, pois, nesse caso, deve haver compromisso e participação.

O mesmo autor ressalta, ainda, a necessidade de o gestor oferecer garantias de apoio aos professores caso ocorra algum ato impróprio dentro da sala de aula, como elevação do tom de voz e atos agressivos entre os alunos ou contra o professor.

De acordo com Abramovay e Rua (2002), a escola e seus funcionários constituem um universo com capacidade de possibilitar o desenvolvimento do estudante, bem como a criação de condições para que ocorram conhecimento e interações entre os estudantes, o corpo docente, os gestores e demais constituintes da equipe técnica. No interior do ambiente escolar, porém, devido sua grande diversidade também ocorre violência como brigas e atos de agressividade, devendo à gestão escolar empoderar-se de suas potencialidades positivas para a resolução de conflitos, por meio da educação do indivíduo, a fim de combater essas agressões e melhorar o clima de uma unidade de ensino para favorecer o ambiente de ensino e aprendizagem.

No interior da instituição de ensino, os alunos podem participar diariamente de atividades que os direcionem para a aquisição de conhecimento e o seu desenvolvimento físico e cognitivo. Diante disso, busca-se exercitar o desenvolvimento total infanto-juvenil, proporcionando à comunidade local agregar conhecimentos e saberes que a sociedade necessita para uma mudança nos paradigmas sociais.

De acordo com o pensamento de Priotto (2008), a violência escolar é todo ato ou ação de violência, atitudes comportamentais agressivas e antissociais, inserindo nesse rol também os conflitos interpessoais, danos ao patrimônio da escola, ação criminosa, agressividade com os colegas, discriminação, etc., Charlot (2002), em contraposição à definição de Priotto (2008), ressalta que a violência escolar é um ato violento que ocorre no interior da instituição de ensino, mas que poderia acontecer em qualquer outro local.

Segundo Sposito (1998), ao longo dos últimos anos, a violência escolar tem se alastrado e causando grande preocupação no mundo, visto que não se trata de um fenômeno exclusivo dos brasileiros, pois está presente em grande parte dos

países desenvolvidos e em desenvolvimento, como a França, os Estados Unidos da América e a Argentina.

Nesse sentido, a reflexão proposta sobre o tema Violência no âmbito escolar, a partir do posicionamento dos diversos autores acima, proporcionou entendimento prévio e homogêneo do tema a ser explorado na seção seguinte, pois, os autores fundamentaram e validaram os dados encontrados, diante de documentos e relatos, dos sujeitos da pesquisa, através de suas falas, expostas nas entrevistas semiestruturadas.

Percebe-se, diante do exposto pelos autores estudados nesta pesquisa, que a violência escolar é um tema que demanda muita atenção de pesquisadores e atores do cenário educacional, visto a diversidade de sua motivação. É necessário elucidar, ainda, que a título desta pesquisa, compreende-se violência escolar como toda e qualquer ação que transcende a discordância salutar, evidenciando os problemas individuais, a estigmatização do aluno, as ofensas e a agressão física. Chegamos a essa definição após a apropriação dos conceitos apresentados pelos os estudiosos sobre o tema aqui estudado e aplicarmos os conceitos à realidade da escola Ana.

Na seção seguinte é possível, também com base nos teóricos, compreender a necessidade de se estabelecer uma parceria entre família e escola, pois, através da pesquisa de campo, discute-se a falta de comprometimento de alguns pais e professores com o tema da pesquisa. Isso é possível perceber no posicionamento desses membros da comunidade escolar ao responder as perguntas oriundas das entrevistas. Talvez isso ocorra por falta de compreensão acerca do universo da Violência Escolar.

Sendo assim, explorar os diversos conceitos de violência e seus tipos, trouxe uma visão ampla de quais as formas e causas em que se constrói um ambiente escolar denominado como violento, e a dificuldade que a comunidade escolar encontra em diminuir esses índices por muitas vezes não conseguir identificar esses casos em tempo hábil.

Com isso, iniciaremos a apresentação do percurso metodológico que norteia a pesquisa.

2.2. O percurso metodológico da pesquisa

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso com vistas a compreender as especificidades de uma problemática que envolve as crenças e as percepções dos atores envolvidos na situação analisada.

Yin (2005) afirma que ao se fazer pesquisa investigativa por meio de um estudo de caso é possível estabelecer fronteiras entre o fenômeno e seu contexto, que anteriormente não estavam definidas. Mesmo assim, uma das maiores dificuldades encontradas no método é a falta de generalizações,

a impossibilidade de generalização dos resultados obtidos com o estudo de caso constitui séria limitação deste tipo de delineamento. Todavia, o estudo de caso é muito frequente na pesquisa social, devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por único investigador, ou por um grupo pequeno e não requer a aplicação de técnicas de massa para coleta de dados, como ocorre nos levantamentos. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal (GIL, 2002, p. 140).

Por meio da definição de Gil, compreende-se que este tipo de abordagem, cuja finalidade é compreender uma dada questão social cara aos atores inseridos na realidade pesquisada, é o método mais eficiente para um estudo profundo e detalhado acerca da violência escolar na escola Ana e na CDE7, mesmo que não seja passível de generalizações e replicações para outros contextos. Ao mesmo tempo, compreende-se que o retrato de uma realidade pode servir de base para pesquisas futuras em outros contextos.

Em geral, o Estudo de Caso tem por base a discussão e reflexão da vida real, é uma metodologia que busca atender às perguntas “como” “por que”, como os fenômenos ocorrem, na sua maioria, em casos nos quais a pesquisa não possui diversidade ou controle sobre os objetos que pretende estudar.

As principais técnicas do método são as entrevistas e dados documentais. A observação é uma ação primordial que geralmente vem em combinação com a entrevista. Procura-se organizar e analisar todo o material obtido, refletir e compreender os resultados encontrados e, posteriormente, propor as instruções e ou correções.

O Estudo de Caso tem sido incansavelmente utilizado nas pesquisas sociais, por “descrever uma situação gerencial” (Bonoma, 1985, p. 203). Yin (1989) afirma que o Estudo de Caso deve ser utilizado quando não há possibilidades de manipular os comportamentos relevantes à pesquisa, mas que exista possibilidade de observação e aplicação de entrevistas sistemáticas.

Diferentemente do Método Histórico, que é a análise do passado, o Estudo de caso tem “a capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações.” (YIN, 1989, p.19).

O Estudo de Caso é encontrado nas pesquisas, por ser uma metodologia que se manifesta:

quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existentes é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre (BONOMA 1985, p.2007).

Bonoma (1985) ainda aponta que os objetivos do Estudo de Caso não são regidos pela quantificação e enumeração, mas pela descrição, classificação a partir do desenvolvimento tipológico, desenvolvimento teórico e o teste limitado da teoria. Com isso, Yin (1989) aponta como aplicações do método: a explicação de ligação causais nas intervenções da vida real; a descrição de um contexto, para aplicar uma avaliação e para explorar situações nas quais as intervenções não possuem resultados específicos.

Acrescenta-se ainda que o Estudo de Caso proporciona à esta pesquisa, possibilidades de reflexão sobre as ações realizadas em uma escola da CDE7, compreendendo seu contexto, a partir do conhecimento dos documentos existentes na escola, que são: Livros de Ocorrência e as Atas dos anos 2013 e 2014 e dos dados coletados na pesquisa de campo.

Quanto à trajetória da pesquisa, realizou-se desde a análise documental à análise das entrevistas com a gestora, com os professores, com os alunos e com os pais de alunos da escola investigada. Os dados produzidos são analisados à luz dos autores que fundamentam esta pesquisa.

O objeto do presente estudo é o cenário de violência escolar que tem origem no interior do estabelecimento. Para tanto, buscou-se pesquisar, em uma escola estadual na cidade de Manaus, as formas pelas quais a violência se estabelece na instituição de ensino em relação aos turnos dispostos pela escola, assim como a

validação da orientação sugerida pela sua Coordenadoria Distrital como prática de melhoramento de tal ação.

Buscou-se, mais especificamente, compreender conceitos e definições de violência. Tal estudo teve grande relevância, pois o contato com as literaturas específicas sobre a temática foi fundamental para estabelecer o marco teórico do presente trabalho. Além disso, também observou-se a bibliografia sobre metodologia científica, assegurando a condução de todos os aspectos relacionados à pesquisa e à redação final do referido trabalho dentro dos padrões vislumbrados pela comunidade acadêmica.

Os instrumentos para a coleta dos dados a serem analisados foram três roteiros de entrevista semiestruturadas para professores, alunos, pais e/ou responsáveis, além da gestora da escola. Na seção a seguir, cada roteiro será exposto para que seja especificado o seu interlocutor. Apresentamos, ainda, suas análises e resultados.

2.3 Elaboração das entrevistas

Conforme destacado anteriormente, pretende-se nesta seção apresentar os roteiros das entrevistas, ressaltando os seus objetivos para o caso estudado e os resultados de cada um. As entrevistas foram realizadas com três professores, três alunos, três pais e a gestora escolar, todos representantes dos segmentos partícipes da escola. Foram convidados os professores e pais que atuam no APMC da escola, e os alunos que se destacam no protagonismo juvenil da escola.

A aplicação das entrevistas tinha como objetivo a coleta de informações provavelmente não relatadas nos registros, tais como, conflitos familiares, má orientação dos pais para com os alunos, apoio à violência por parte dos pais e ou professores, e principalmente, falta de conhecimento acerca das consequências que os atos de violência podem gerar para o cotidiano escolar.

Dessa forma, pretendia-se coletar informações junto aos sujeitos pesquisados que associados aos dados obtidos através dos livros de ocorrência, subsidiassem na elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE).

As entrevistas foram realizadas em dois dias, visto que apenas os pais foram convidados a comparecer a escola, os demais segmentos já se encontravam no

local. Todos foram contatados previamente. O local onde aconteceram as entrevistas, individualmente, foi a sala da pedagoga.

De antemão, é válido afirmar que não se esperava que os pais fossem tão diretos em suas respostas, resultando em falas curtas, o que dificultou a análise, pois ambicionava-se, através dessas respostas, perceber o conhecimento desses atores acerca do tema.

2.3.1 O primeiro roteiro

O Quadro 1 apresenta o primeiro roteiro, denominado Instrumento de Pesquisa para Professores e Alunos. As perguntas aqui direcionadas aos professores e alunos tinham o intuito de compreender quais os problemas oriundos da sala de aula que, possivelmente, seriam retratados em ações de violência. As perguntas foram as mesmas tanto para os professores quanto para os alunos, pelo o fato de ambos, quando postos na condição de vítima ou agressor, dividirem o mesmo universo, compartilhando dos mesmos ambientes e conflitos, mesmo que com objetivos distintos. Ainda nessa entrevista, buscou-se compreender o conhecimento desses grupos em relação ao tema da pesquisa.

Quadro 1 – Instrumento de Pesquisa para Professores e Alunos

Pergunta	Descrição do objetivo da elaboração desse questionamento, ou seja, qual informação pretende coletar?
1. Você já sofreu alguma violência na escola? Qual(is)?	Identificar quais os casos de violência existentes na escola.
2. Você já agrediu algum aluno (a), professor (a) ou funcionário da escola? Por quê?	Transpor as respostas desta pergunta com as causas de agressão correspondentes aos resultados obtidos da análise dos livros de ocorrência.
3. Você consegue apontar as consequências negativas da agressão que fez ou sofreu?	Verificar se o entrevistado percebe os efeitos que a violência possivelmente causou negativamente às vítimas.
4. Você considera sua escola violenta?	Verificar a opinião dos entrevistados em relação à escola.
5. Existem causas externas à escola que influenciam o índice de violência na escola?	Identificar os possíveis agentes externos à escola, que influenciam no índice de violência na escola.
6. Existe relação entre os atos de violência na escola e os pais dos alunos? Por quê?	Verificar como os entrevistados pontuam a família e a equipe gestora da escola em relação aos atos de violência na escola.
7. A gestão da escola possui relação com os atos de violência na escola? Por quê?	

Fonte: autoria própria.

As entrevistas realizadas com os três professores e com os três alunos foram importantes para conhecer a quantidade de ocorrências de violência no interior da Escola Estadual estudada. Além disso, também foram fundamentais para orientar o pesquisador a direcionar seu estudo aos objetivos almejados. Ao responderem as perguntas, os alunos e professores pesquisados tiveram a preocupação em atender a todas as perguntas, e ninguém mostrou insegurança ao dissertar sobre a violência na escola, porém não houve nenhuma fala que chamasse atenção para um contexto agressivo, todos se dispuseram a solucionar o problema, além de não demonstrarem e nem deixarem claro que viviam em um ambiente violento, diferente do que os dados extraídos dos livros de ocorrência apontam.

2.3.2 Análise dos resultados – Quadro 1

Com a análise das entrevistas, percebeu-se a necessidade de investigação e aprofundamento na busca por concepções dos entrevistados, acerca da conceituação de violência escolar, pois, através de algumas respostas, não ficou claro se de fato, ao tocar no assunto sobre violência na escola, os entrevistados não tinham conhecimento do assunto ou se não tinham interesse em dar respostas mais conclusivas. Tal fato, apesar de ainda obscuro, nos revela como a violência escolar é tratada de forma velada, não sendo problematizada nem combatida por aqueles que mais sofrem com a sua prática.

Diante dos dados coletados, a escola apresentava um alto índice de Violência Escolar, entretanto, isso não ficou evidente na fala de alguns alunos e professores, por, em alguns momentos, entenderem como se atos de violência fossem apenas aqueles que possuem agressão física, excluindo atos verbais, humilhações e vandalismo.

Nesse sentido, percebemos que a comunidade escolar parece apresentar uma visão rasa do que seja violência, naturalizando as ações ofensivas que também são formas de agressão ao ser humano que, em muitos casos, impactam muito mais em sua trajetória do que as agressões físicas.

De antemão, faz-se necessário ressaltar que, por comunidade escolar, compreendem-se também os profissionais da CDE7, responsáveis por acompanhar a escola. As análises construídas nesta dissertação não têm como objetivo apontar culpados para o problema, mas compreender a questão, a fim de perceber como os

diferentes setores da esfera educacional – alunos, professores, gestão, coordenação e SEDUC – podem se responsabilizar pela situação com o intuito de minimizar os efeitos negativos da violência escolar e melhorar a qualidade da educação oferecida naquele espaço.

Na primeira pergunta do Quadro 1, evidencia-se a resposta da entrevistada que disse nunca haver sofrido algum tipo de violência na escola. Segundo o depoimento da colaboradora, também não presenciou nenhum tipo de violência no espaço escolar, mas relatou que, às vezes, acontece manifestação de insatisfação por parte dos alunos envolvidos ou dos pais, quando são convocados pela gestão escolar. A professora entrevistada ressaltou em sua entrevista:

o que acontece, muitas das vezes, é alunos ficarem estressados quando são encaminhados para mim e alguns pais ou responsáveis que não acreditam o que seus filhos são capazes de fazer em um ambiente escolar e ficam aborrecidos, mas eu procuro acalmá-los e explicar toda a ocorrência dentro da lei para resolver a questão (Professora A – entrevista concedida em 09/10/2015).

É interessante destacar que a professora compreende a necessidade de conversar com os pais e dialogar sobre as ocorrências, bem como enquadrá-las de acordo com a lei. Ela cita o comportamento estressado de alguns alunos, o esclarecimento que precisa ser feito aos pais, visto que eles parecem desconhecer o comportamento, por vezes, inadequado de seus filhos no ambiente escolar. Além disso, a professora fala sobre a necessidade de acalmar os pais dos alunos. Por mais que a temática violência escolar não seja contemplada diretamente na fala da entrevistada, conseguimos perceber, a partir das ações relatadas por ela, assim como por meio de sua escolha lexical (“aborrecidos”, “acalmá-los”, “ocorrência”, “lei”), que a professora exerce em sua prática profissional o papel de mediadora de conflitos, mesmo sem se dar conta das nuances de violência com as quais precisa lidar em seu dia-a-dia.

Quando a mesma pergunta foi direcionada para os alunos entrevistados, esses disseram que ainda não ocorreu com eles algum tipo de agressão. No entanto, para os alunos, situações de furtos não estão associadas à violência.

Não, violência física ainda não fui agredido, mas tive um celular furtado por um aluno dessa instituição, mas felizmente consegui recuperá-lo. (Aluno A – entrevista concedida em 09/10/2015)

Não, mas já vi outros alunos que fazem a comunicação do ocorrido a qualquer funcionário da instituição para resolver a situação (Aluno B – entrevista concedida em 09/02/2015).

As duas falas dos alunos entrevistados nos revelam duas percepções de violência distintas. Por meio do relato do aluno A, constatamos a concepção de violência como sendo exclusiva à violência física, visão essa que não é a adotada nesta pesquisa. Isso porque, a nosso ver, o furto, assim como tantas outras formas de agressão ao espaço do outro, é uma manifestação de violência que deve ser problematizada quando efetivada na escola, devido aos impactos negativos que ações como essas levam ao ambiente escolar.

O relato do aluno B demonstra uma manifestação de violência muito comumente difundida na infância. A criança quando acuada se reporta a um adulto de sua confiança para que ele medeie a situação que o menor sozinho não tem condições de resolver. Tal relato aponta para a necessidade de a comunidade escolar se preparar para o enfrentamento da violência, a fim de fazer da escola um espaço de acolhimento das necessidades de aluno e, não somente de repressão e punição, o que aumenta o clima hostil nas instituições de ensino.

Em alguns pontos da entrevista, percebeu-se que alguns alunos foram divergentes em relação à situação em que a escola se encontrava, ao contrário de uma única aluna que conseguiu ser direta quanto à existência de casos de violência na escola.

A dificuldade em se compreender o conceito de violência escolar por parte de alguns professores e alunos dificultou a análise das respostas, pois ao responderem que não existem casos de violência na escola, apesar dos muitos registros apresentados, remete ao que diz Sposito (1998) quando alguns envolvidos em situações de violência, não conseguem enxergá-la como tal, considerando como fato rotineiro ou mera transgressão às normas do convívio escolar, ou seja, há uma naturalização dos comportamentos agressivos, visto que é comum em nossa sociedade que comportamentos violentos não sejam barrados e modificados.

Na segunda questão, a saber: “você já agrediu algum aluno (a), professor (a) ou funcionário da escola? Por quê?”, a entrevistada ressaltou que não agrediu ninguém e que mantém um posicionamento mais ético em alguns casos ocorridos no interior do ambiente escolar.

Não, porque procuro conversar muito com o aluno explicando como deve se posicionar diante de alguns fatos que ocorrem na escola. Meu trabalho é orientar e resolver o que preciso fazer no meu trabalho, e isso enquanto ministro aulas (Professora A – entrevista concedida em 09/10/2015).

Verifica-se na referida resposta que a entrevistada ressalta a importância do diálogo com os alunos que cometem violência no interior da instituição e da orientação para a resolução dos impasses causados por certas atitudes por parte dos alunos que estudam na referida escola.

A professora assume para ela a postura de dialogar com os alunos e orientá-los em relação à conduta que devem ter quanto aos acontecimentos da escola. Parece, nesse ponto de sua fala, que a entrevistada faz menção aos atos de violência. No entanto, não há, segundo a professora, um momento destinado para tratar dessa temática. Ela, por vontade própria, utiliza o seu tempo de aula para dialogar com seus alunos. Sabemos, contudo, que essa postura não é comum a todos os professores, sendo, portanto, necessário haver um momento de reflexão em toda a escola, ações sistematizadas que façam os alunos pensarem sobre suas próprias práticas e ações uns para com os outros.

Ao direcionar a mesma pergunta para os alunos, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que não agrediram qualquer pessoa ou funcionário da instituição. Segundo um dos sujeitos entrevistados, “não houve necessidade” para tal atitude. Observa-se, nessa resposta, que se “houvesse necessidade” certamente o aluno agrediria algum funcionário da instituição, ressaltando-se, dessa forma, o uso de pretextos para praticar a violência escolar.

A fala desse aluno ratifica o fato de a agressão física ser apenas uma forma de violência presente no ambiente escolar. Diante desse relato, podemos, ainda, pensar em gradações de violência, sendo a agressão física o extremo de um *continuum*, e, para “haver necessidade”, tal como aponta o aluno entrevistado, de se chegar a essa forma de agressão, outras tantas violências são praticadas como nuances desse *continuum* de violência escolar.

Em relação à pergunta “você consegue apontar as consequências negativas da agressão que fez ou sofreu?”, o professor entrevistado respondeu que não, pois procura solucionar suas querelas compreendendo os aspectos relacionados ao aluno ou a outra pessoa, pois às vezes existem problemas extraclasse que

influenciam de forma direta o comportamento humano. Quando a mesma questão foi aplicada à professora B, esta se manifestou dizendo:

não tenho como apontar consequências negativas, porque eu procuro sempre entender o ser humano que não é perfeito e que às vezes o mesmo tem um problema maior que o meu, ou seja, já vem de casa trazendo coisas que não são boas (Professora B – Entrevista concedida em 09/10/2015).

Tal como demonstrado no quadro em que as perguntas realizadas na entrevista, bem como seus objetivos, foram expostas, foi possível perceber que essa pergunta teve como intenção compreender os efeitos negativos que a violência causa em suas vítimas, assim como no clima escolar, considerando que estamos tratando da violência no âmbito da escola. Contudo, parece que os entrevistados interpretaram o questionamento de forma diferente da pretendida no momento da elaboração da questão. Os relatos dos dois professores validam essa suposição. Esses entrevistados dissertam sobre fatores exógenos da violência e tratam da tolerância necessária para lidar com os diferentes. Decerto, são fatores fundamentais no que tange à compreensão das causas da violência, porém, com esses relatos, não conseguimos obter a percepção dos professores acerca dos impactos negativos da violência no clima escolar.

Na mesma questão aplicada aos alunos, um respondeu que já sofreu violência na escola, os outros dois alunos afirmam nunca ter sofrido nenhum tipo de violência escolar. A entrevistada B ressaltou que “não, pelo simples fato de nunca ter sido agredida e muito menos ter agredido alguém”, argumentando que ainda não foi vítima de violência escolar e nem foi a agressora, ou seja, a seu ver, se apresenta fora das estatísticas da violência escolar.

Diante de tal situação, os autores Maine e Minayo (2003) ressaltam em seu estudo que a grande dificuldade mostrada pelos alunos é de lidar com a falta de comprometimento da escola, considerando por escola todos aqueles envolvidos em seu fazer acontecer em relação aos atos violentos que ocorrem em seu interior. Diante da percepção dos alunos, a violência nas escolas cresce a cada ano pela própria agressividade dos estudantes, principalmente, pela violência verbal dos professores e colaboradores contra os jovens. Para agravar esse quadro, há a influência da mídia e o poder familiar falho.

Na quarta questão direcionada aos professores, a entrevistada explica que acontecem algumas práticas violentas no interior da Escola Estadual Ana, mas que isso é tratado de forma padrão pelos funcionários e gestores da escola.

A Escola Estadual Ana não é muito diferente das outras escolas do mesmo nível, tem momentos que acontecem algumas violências entre alunos, mas a equipe técnica unida aos professores e também aos pais ou responsáveis pelo aluno, que são chamados imediatamente à ocorrência para conseguir resolver o ocorrido da melhor maneira possível (Professora A – Entrevista concedida em 09/10/2015).

O depoimento dessa professora nos revela uma característica muito importante acerca do tratamento da violência no ambiente escolar. A falta de aprofundamento na questão violência e a comparação com as outras escolas revelam que não parece haver um estudo a respeito das ações pontuais daquela unidade que impactam no clima escolar, a fim de que, de posse desse entendimento, a gestão possa articular estratégias que compreendam a realidade da escola em análise.

À mesma questão, os alunos entrevistados responderam de forma distinta, visto que um aluno acha que a escola é bastante violenta, pois já presenciou vários atos agressivos entre alunos; enquanto os outros dois alunos ressaltaram que a escola não é violenta e que os casos dessa natureza são raros.

Não, aqui já foi bem mais violento, mas temos funcionários excelentes e que sabem quais tratamentos devem ser dados nesses casos. (Aluno C – entrevista concedida em 09/10/2015) .

Um pouco, pois alguns alunos veteranos costumam criticar outros alunos, principalmente os alunos novatos, mas sempre que necessário a gestora está presente. (Aluno B – entrevista concedida em 09/10/2015).

Com essas falas, pode-se perceber que do ponto de vista do aluno, os servidores da escola conseguem lidar satisfatoriamente com as manifestações de violência e que, por isso, consideram indiferente se houve ou não uma melhora nos índices de violência da escola. Percebe-se, ainda, que as ações que caracterizam a violência parecem não ser de conhecimento pleno da gestão da escola, visto que os alunos se remetem aos funcionários para lidar com os conflitos com os quais se deparam.

Segundo Almeida (2012), para solucionar a problemática da violência nas escolas, é de suma relevância o papel do gestor, visto que é mediante a sua atuação que projetos para combater a violência poderão ser elaborados e implementados. Diante dessa afirmação, faz-se necessária a articulação de ações da gestão, junto aos funcionários, para minimizar a violência entre os alunos.

Na quinta questão aplicada ao professor, ele respondeu que há influências externas à instituição que causam os atos violentos, são problemas de diversas categorias. Dessa forma, também há a relação com os pais ou responsáveis pelo aluno.

Sim, muitas situações que acontecem aqui no interior da escola, e, que são problemas que os alunos trazem consigo e que, muitas das vezes, precisamos chamar os pais ou responsáveis para nos ajudar na resolução dos problemas, para que não voltem a acontecer violências mais graves dentro e fora da instituição. (Professora C- entrevista concedida em 09/10/2015).

De fato, a escola atual precisa lidar com as questões extraescolares apresentadas pelos alunos. Uma escola que pretende formar um cidadão capaz de atuar no mundo de forma reflexiva e crítica não pode desconsiderar sua bagagem psicossocial e emocional, tratando o aluno apenas como uma máquina receptora de conteúdo. Esse é um modelo falido de escola, ainda que muitos educadores e gestores tenham resistência em aceitar essa realidade. Sabemos, por outro lado, que a escola não tem condições de tratar o fundo emocional que gera a violência escolar. Não é essa a função da escola. O que se propõe aqui é a abertura para o diálogo, diante dos relatos apresentados, a fim de que a violência não seja tratada de forma velada, mas sim como um fenômeno real, concreto e presente nas salas de aula da escola Ana, assim como em tantas outras do estado do Amazonas, como do Brasil.

Conforme os resultados obtidos com a aplicação dessa pergunta aos alunos, observou-se que alguns acontecimentos externos à escola contribuem para que ocorra violência no interior do estabelecimento de ensino e fora também, pois a situação socioeconômica, rixas entre comunidades vizinhas, o alcoolismo e o tráfico de drogas são coadjuvantes nessa questão. Na fala dos alunos, é perceptível que há diversos fatores que envolvem também na violência escolar.

Sim, geralmente intriga de alunos das escolas próximas e o tráfico de drogas influenciam bastante. Eles brigam lá fora e trazem para dentro da escola. (Aluno C – entrevista concedida em 09/10/2015)

Sim, alunos por influência de pessoas de fora da escola acabam adotando postura que não é sua, para ser conhecido e respeitado. (Aluno B – entrevista concedida em 09/10/2015)

Não, porque eles (os alunos) têm o costume de “brigar” do lado de fora da escola. Sim, é um problema externo, mas que se a escola tiver como solucionar o impasse seria melhor. (Aluno A – entrevista concedida em 09/10/2015)

Observa-se, nas palavras dos alunos, que a violência escolar é mais comum fora do ambiente escolar, em seu perímetro, onde pode ocorrer qualquer tipo de violência, pois não há uma fiscalização mais rígida por parte do poder público.

De acordo com Colômbier (1989), os fatores socioeconômicos e familiares são as maiores causas da violência na escola. Nesse sentido e diante do que foi relatado pelos alunos em relação à influência externa e ao tráfico de drogas, a escola, com o apoio da CDE7, precisa, primeiramente, reconhecer-se como agente da mudança na vida do aluno e se enxergar como corresponsável pelo enfrentamento dessa situação. É evidente que as gestões macro precisam estar no mesmo diapasão e, sobretudo, precisam subsidiar as ações da escola no que tange ao tratamento integral de seu alunado.

Na sexta questão indagou-se sobre a relação dos pais com a violência dos filhos na escola. De acordo com a professora, realmente há uma influência dos pais nas atitudes violentas de seus filhos, que, por razões desconhecidas da esfera escolar, os tratam de forma errada e agressiva, visto que a situação socioeconômica de grande parte da população escolar está relacionada a áreas de risco, o que gera reflexos no interior das escolas (uma situação que não se resolve por completo).

Conforme palavras de uma entrevistada, os pais nem sempre acreditam que seus filhos estão envolvidos em atos de violência, mas sempre que necessário são acionados para comparecer na escola.

Sim, mesmo que eles tenham vindo aqui na escola e seja tudo resolvido, alguns pais não aceitam ou tratam os filhos de forma agressiva. E fora da escola fica sempre uma pequena discordância (Professora C – entrevista concedida em 09/10/2015).

Observa-se nos dizeres da professora que há outra violência por trás da que foi praticada por algum aluno agressivo. Além disso, a professora problematiza a agressividade dos pais ou responsáveis em relação a seus filhos ou tutelados. A entrevistada retrata um círculo vicioso de violência provocando violência. Não há, portanto, muito que se esperar dos pais, visto que, mesmo de forma inconsciente, eles, muitas vezes, acabam reforçando a violência. Sabemos, diante disso, que a escola não pode trabalhar sozinha no enfrentamento dessas questões. Cabe à CDE7 buscar parcerias multidisciplinares para auxiliar a gestão da escola nesse tipo de tarefa.

Para os alunos, na maioria das respostas, houve uma concordância quanto à forte relação entre os atos de violência na escola e os pais dos alunos, pois ressaltaram, em um pensamento único, ao dizer que a violência na escola está ligada à agressão que os pais praticam no seio da família. Diante desse contexto, se observa nas falas dos alunos que:

Sim, pois já presenciei pais de alunos que cometeram violência brigando com outros alunos em defesa de suas filhas. (Aluno C- entrevista concedida em 09/10/2015).

Sim, porque muitos alunos sentem-se desamparados pelos pais ou responsáveis porque apanham ou são muito isolados. (Aluno B – entrevista concedida em 09/10/2015).

Normalmente sim, porque conheço pessoas bem agressivas em relação aos pais e acabam trazendo isso para o interior da escola. (Aluno A – entrevista concedida em 09/10/2015).

Conforme Jardim (2006), o relacionamento entre a família e a escola é sempre conflituoso, pois mesmo que ambas as partes tenham o mesmo objetivo de educar uma criança, os papéis individuais devem ser distintos durante esse processo. A família, no geral, delega à escola e ao professor diversas obrigações para educar o filho, eximindo-se do seu papel fundamental de parceira da instituição de ensino na educação da criança. Os professores, frente a essa nova obrigação, se veem forçados a responder pelo comportamento positivo ou negativo do aluno, além de se preocupar com o programa curricular, provas, exercícios, entre outras atividades.

As colocações de Jardim (2006) vão ao encontro das análises realizadas neste trabalho quando afirmamos que o professor não recebeu o preparo para, por

si só, assumir mais uma atividade de tamanha importância: ensinar valores e posturas aos alunos. É claro que, em sala de aula, as tarefas se misturam e há docentes que se propõem a uma abordagem mais humanista. No entanto, o papel da família é insubstituível. O que a escola não pode mais esperar é que a família consiga dar conta de ensinar valores que, às vezes, não foram difundidos a ela. Como ensinar aquilo que não se sabe? Nesse sentido, não tendo como prever o tipo de formação que o aluno vai receber fora da escola, torna-se necessário que o combate à violência seja uma vertente de trabalho das unidades e dos órgãos responsáveis pela as escolas, pois, caso contrário, o alunado, professorado, gestores, funcionários, pais e responsáveis vão continuar reproduzindo e fomentando violência, prejudicando o clima escolar e, conseqüentemente, não conseguindo efetivar o ensino e a aprendizagem. Trata-se de uma questão que demanda reflexão e compreensão, para que os diversos prismas possam ser vistos e tratados, ocasionando a responsabilização ao que cabe a cada um dos participantes envolvidos nessa tarefa.

Já na sétima questão (“A gestão da escola possui relação com os atos de violência na escola? Por quê? ”), de acordo com os alunos entrevistados, a gestão da escola não possui relação direta com os fatos de violência que se manifestam no interior da instituição de ensino, e apenas apontaram ressalvas de que alguns raros episódios de violência não são solucionados porque não são de sua competência.

O professor respondeu nessa questão que não há relação entre a violência e a gestão escolar, pois a escola tenta minimizar as ações violentas de qualquer natureza.

Da mesma forma que não podemos eximir a responsabilidade dos professores, dos pais e responsáveis e a dos alunos nesse processo de combate à violência escolar, não podemos diminuir a influência da gestão nessa tarefa. Sabemos que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394, de 1996, inserida no artigo 14, que o ensino público deverá ser regido pela gestão democrática (BRASIL, 1996). Nesse sentido, considerando o papel do gestor de mediar uma escola para todos, acolhendo o aluno e sua bagagem psicossocial e emocional, o gestor ganha o status de grande articulador das ações no combate à violência intraescolar.

Considerando o depoimento dos alunos e dos professores de que não há relação direta entre a gestão e à violência, visto que a equipe gestora tenta

minimizar a violência na escola, percebemos mais uma vez que essa comunidade escolar reconhece os esforços da gestão no tratamento do tema, embora não compreenda a prática da violência como algo que precisa ser enfrentado mais profundamente. Entender o gestor como um remediador de problemas, a nosso ver, nos diz muito sobre como a temática vem sendo enfrentada na escola. Ou seja, até o momento, nenhum entrevistado trouxe em seus relatos estratégias da escola para a discussão da violência em seu entorno.

A seguir, apresentamos a análise do segundo roteiro de entrevistas que foram realizadas com outro segmento da comunidade escolar.

2.3.3 O Segundo roteiro

O Quadro 2 apresenta o instrumento de pesquisa aplicado aos pais e/ou responsáveis pelos alunos da escola investigada. O objetivo do instrumento era coletar informações sobre as possíveis causas de violência e conhecer a percepção dos pais sobre a atuação da escola diante das manifestações de violência apresentadas no ambiente escolar.

Quadro 2 – Instrumento de Pesquisa para Pais e/ou Responsáveis

Pergunta	Descrição do objetivo ao elaborar esse questionamento, ou seja, qual informação pretende coletar?
1. Seu filho já sofreu alguma violência na escola? Qual(is)?	Transpor as respostas desta pergunta com as causas de agressão correspondentes aos resultados obtidos da análise dos livros de ocorrência.
2. Seu filho já agrediu algum colega ou funcionário da escola?	
3. Você considera a escola como um ambiente violento?	Perceber a concepção dos pais acerca dos índices de violência na escola.
4. As medidas tomadas pela Coordenação Pedagógica da escola atendem satisfatoriamente à diminuição dos índices de violência na escola?	Verificar se o responsável concorda ou não com as medidas tomadas pela escola em relação à violência
5. Você acredita que poderia de alguma forma diminuir com os índices de violência na escola?	Verificar se o entrevistado compreende a importância da intervenção dos pais nos assuntos da escola.
6. Existem causas externas à escola que influenciam o índice de violência na escola?	Identificar os possíveis agentes externos à escola, que influenciam no índice de violência na escola.
7. Existe relação entre os atos de violência na escola e os pais dos alunos? Por quê?	Verificar como os entrevistados pontuam a família como causadora da violência escolar.

Fonte: autoria própria.

O instrumento de pesquisa foi aplicado aos três pais que compunham o universo da pesquisa. Também foi utilizada a sala da pedagoga para realizar as entrevistas.

Nesse instrumento de pesquisa foram observadas grandes dificuldades por parte dos pais ou responsáveis em responder as questões de forma clara e objetiva. Mesmo sendo instigados durante a entrevista, as respostas, na maioria das vezes, foram monossilábicas. Algumas vezes, apenas manifestações através de sorrisos tímidos, o que dificultou a análise dos dados. Acreditamos que houve algum tipo de sentimento de intimidação por ser o entrevistador membro da Coordenaria Distrital de Educação. Mesmo explicando a proposta da pesquisa, as posições institucionais podem ter interferido nesse aspecto.

2.3.4 Análise dos resultados – Quadro 2

A primeira questão direcionada aos três pais de alunos foi: Seu filho já sofreu alguma violência na escola? Qual(is)? Os entrevistados responderam com unanimidade que nenhum dos seus tutelados sofreu algum tipo de violência escolar, como podemos observar na fala de uma responsável.

Não, meu filho nunca foi agredido na escola (Responsável A – entrevista concedida em 08/10/2015).

A falta de conhecimento sobre a realidade da escola, o conceito restrito sobre o que seja agressão ou até mesmo o pouco diálogo sobre o cotidiano escolar possivelmente são os fatores que levam a esse tipo de colocação por parte dos responsáveis.

De acordo com Priotto e Boneti (2009), violência escolar é compreendida como todas as ações violentas, de comportamentos com agressividade e antissociais, com inclusão de conflitos interpessoais, destruição do patrimônio, ações criminosas, entre outros, praticadas no ambiente da comunidade escolar (envolvendo alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola). Diante da amplitude do conceito apresentado pelo autor, percebe-se que a violência precisa ser mais bem discutida e trabalhada no âmbito da escola Ana, pois o que temos observado até o momento é o pouco conhecimento dos membros da comunidade escolar em relação ao que seja violência.

Em atendimento à pergunta “seu filho já agrediu algum colega ou funcionário da escola?”, dois entrevistados responderam que o filho nunca agrediu qualquer pessoa ou funcionário na escola em que estuda, mas um pai respondeu da seguinte forma: “uma única vez, mas nunca mais se repetiu, pois eu conversei bastante com ele para que nunca mais acontecesse” (Responsável B – entrevista concedida em 08/10/2015). O depoimento desse responsável demonstra a sua percepção acerca da participação da família no combate à violência. Ele compreende como seu papel a orientação ao aluno no que se refere à mudança de postura na escola.

Conforme apontam os ensinamentos de Charlot (2002), uma das maiores dificuldades no que tange à violência na escola é o fato de ela se manifestar no interior do espaço escolar mesmo que sua natureza não esteja, diretamente, ligada às atividades realizadas pela escola. Dessa premissa, vem o desafio em seu enfrentamento, se o problema não é exclusivo da escola, como ela deve proceder para minimizar os efeitos da violência em seu interior?

Diante da terceira questão (“Você considera a escola como um ambiente violento?”), os pais entrevistados responderam com um único pensamento, apontando que a instituição escolar não é violenta. Ainda nessa pergunta, um responsável afirmou que “de forma alguma” a escola se apresenta violenta (Responsável C – entrevista concedida em 08/10/2015.).

Na quarta pergunta, “as medidas tomadas pela coordenação Pedagógica da escola atendem satisfatoriamente a diminuição dos índices de violência na escola?”, as respostas de dois pais entrevistados revelaram que as medidas contra a violência na escola são eficientes e atendem satisfatoriamente aos anseios da comunidade onde a escola está inserida. Tomemos a fala de um responsável como reflexão: “A escola atende ‘em parte’ satisfatoriamente ao combate à violência” (Responsável A - entrevista concedida em 08/10/2015). Esse depoimento, embora seja um pouco contraditório em relação aos apresentados à pergunta anterior, evidencia a importância de se manter um diálogo entre os sujeitos da comunidade escolar, em que todos possam ser ouvidos, estabelecendo relações e opiniões que melhorem significativamente os problemas existentes na escola, em parceria com a gestão.

A parceria, a troca de opiniões entre a equipe gestora da escola e os responsáveis pelos alunos se evidenciam no Projeto Político Pedagógico da escola, norteando as ações e construindo uma formação com a participação de todos.

[...] o projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente [...] revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz está de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola [...]. Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática (SILVA, 2003, p.298).

A autora evidencia que, apenas com a participação de todos, o objetivo de uma escola pode ser alcançado, cabendo ao gestor nortear as tomadas de decisões para implementações e ou modificações no processo educativo da escola.

Segundo Almeida (2012), o gestor da escola possibilita que a comunidade escolar se mobilize com o objetivo de combater a violência. O gestor deve ter conhecimento para possibilitar e reverter o processo da violência que tem afetado toda a sociedade.

Em relação à quinta pergunta, “você acredita que poderia de alguma forma diminuir com índices de violência na escola? ” os pais responderam que são capazes de influenciar na diminuição dos índices de violência. Destacou-se a seguinte fala de um entrevistado: “uma das formas de combate à violência seria dando mais atenção aos alunos problemáticos e não discriminando” (Responsável C – entrevista concedida em 08/10/2015).

Nesse sentido, o responsável evidencia a preocupação que tem em buscar melhorias no foco do problema, preocupando-se, também, com o tipo de tratamento que deve ser aplicado ao agressor, a fim de não estigmatizá-lo e, com isso, potencializar seu comportamento violento. Segundo Fernandes (2014), foi realizada uma pesquisa de âmbito internacional com mais de 100 mil professores e diretores de escola participantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental e Médio (alunos de 11 a 16 anos), cujo resultado apontou o Brasil como o país com mais casos de violência na escola.

Quando perguntado aos pais se existem causas externas à escola que influenciam o índice de violência na escola, dois entrevistados responderam que não existe diretamente uma causa externa à escola que influencie nos atos de violência na instituição de ensino, mas, para o responsável A, “casos isolados de assalto e agressões” influenciam diretamente no índice de violência na escola (Responsável C – entrevista concedida em 08/10/2015).

Percebe-se, com isso, que os dois responsáveis ignoraram os fatores externos, tais como a possível violência familiar ou até mesmo o tráfico de drogas. Esse dado nos sugere uma visão idealizada de escola por parte dos pais, visão essa que prevê uma escola que consiga ser um espaço deslocado dos problemas sociais, o que sabemos não ser possível.

A sétima questão “existe relação entre os atos de violência na escola e os pais dos alunos? Por quê?”, dois entrevistados responderam que não existe relação entre os atos de violência na escola e os pais dos alunos, somente um dos entrevistados respondeu que: “Sim, depende da violência sofrida pelo aluno em seu lar”. (Responsável A – entrevista concedida em 08/10/2015).

Nesse sentido, o responsável mostrou que compreende a relação existente entre a escola e a família, assim como o benefício que esta parceria pode gerar diretamente à educação dos alunos. Os outros dois que responderam no sentido contrário reforçam a visão idealizada e deslocada de escola.

O roteiro seguinte foi aplicado à gestora escolar, visto que, desde o final do primeiro semestre de 2015, não há pedagoga na escola.

2.3.5 O terceiro roteiro

O Quadro 3 apresenta o instrumento de pesquisa aplicado à Equipe Gestora. Teve como objetivo coletar as informações sobre a violência sob a perspectiva da equipe gestora, assim como, sua percepção sobre a violência e suas manifestações no âmbito da escola que possibilitaram a uma tomada de decisão.

A escola não tem uma equipe gestora da escola, apenas a gestora escolar realiza o trabalho de acompanhamento pedagógico. A pedagoga que atuou no ano de 2013 e 2014 fazia parte do quadro temporário da secretaria de educação e teve seu contrato encerrado no final do primeiro semestre do ano de 2015. Dessa forma, apenas a gestora participou da entrevista.

Quadro 3 – Instrumento de Pesquisa para a Equipe Gestora

Pergunta	Descrição do ao elaborar esse questionamento, ou seja, qual informação pretende coletar?
1. Você já sofreu alguma violência na escola? Qual (is)?	Transpor as respostas desta pergunta com as causas de agressão correspondentes aos resultados obtidos da análise dos livros de ocorrência.
2. Você considera a escola como um ambiente violento?	Verificar as reflexões obtidas a respeito de sua própria prática em relação ao índice de violência nas escolas.
3. As medidas tomadas pela Coordenação Pedagógica da escola atendem satisfatoriamente à diminuição dos índices de violência na escola?	
4. Você consegue apontar os tipos de violência existentes na escola?	Verificar se o entrevistado tem domínio sobre a classificação dos tipos de violência presentes nas escolas.
5. Existem causas externas à escola que influenciam o índice de violência na escola?	Identificar os possíveis agentes externos à escola, que influenciam no índice de violência na escola.
6. Existe relação entre os atos de violência na escola e os funcionários da escola? Por quê?	Verificar como os entrevistados pontuam a equipe gestora da escola como causadora de violência na escola.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A gestora da escola, ao ser entrevistada, não deu respostas diretas e objetivas. Percebeu-se que, em decorrência do seu envolvimento direto com os registros e os problemas que envolvem a violência, sua fala foi marcada por citação de exemplos dos fatos ocorridos no âmbito da escola e fora dela, visto que já atua como gestora desde o ano de 2010. Com isso, a gestora mostrou-se inteirada dos eventos ocorridos na escola, assim como demonstrou envolvimento com a comunidade. A falta de outro profissional para fazer o acompanhamento pedagógico exige o desdobramento por parte dela para realizar o trabalho administrativo e o pedagógico. A gestora tem uma carga horária de 8h diárias, uma vez que a escola funciona em dois turnos.

2.3.6 Análise dos resultados – Quadro 3

Inicialmente foi perguntado à entrevistada se já havia sofrido alguma violência na escola, se sim, quais? A gestora afirma que não sofreu nenhuma agressão ao longo dos anos de atuação na escola e atribui essa condição ao fato de ser a administradora da instituição. No entanto, sua fala é repleta de exemplos sobre o tratamento afetivo que deve ter com os discentes e docentes, com vistas ao

acolhimento dos que lá estudam, assim como para criar vínculos de pertencimento, que a seu ver minimizam a violência.

A pesquisa de Abramovay e Rua (2002) sobre a violência escolar traz como exemplo positivo a gestão das “Escolas Inovadoras”, ressaltando a forma de atuação do gestor junto aos alunos pautada na valorização e no diálogo para a resolução dos problemas, ratificando os ideais da gestão democrática e participativa.

Ao perguntar a gestora se ela considerava a escola como um ambiente violento, ela ressaltou que “a instituição de ensino não é comumente um local em que ocorre violência e é importante manter as regras internas para que o aluno as siga de forma integral” (Gestora - Entrevista concedida em 09/10/2015).

As regras preestabelecidas são importantes, no entanto, há de se destacar a consideração de Abramovay e Rua (2002) e OLIVEIRA (2008) que destacam a atuação do gestor escolar como importante neste processo de enfrentamento da violência na escola. Oliveira (2008) afirma que

faz-se necessária a presença marcante e eficiente do gestor educacional como mobilizador e racionalizador de ações, visto que da sua forma de atuação como uma das peças chave do processo educativo da escola resultará o sucesso ou o fracasso dessa instituição e de seus membros (OLIVEIRA, 2008, p. 498).

Para Debarbieux (2002), ações violentas no interior da escola estão relacionadas, também, ao abuso do poder e a situações que passam despercebidas no dia a dia. Essas muitas vezes podem causar mais danos do que os casos mais caóticos e brutais.

A terceira pergunta está assim formulada: “as medidas tomadas pela Coordenação Pedagógica da escola atendem satisfatoriamente a diminuição dos índices de violência na escola?”, a gestora escolar afirmou que:

Não havendo uma coordenação pedagógica, todas as medidas adotadas têm a participação dos docentes na definição de ações, portanto as consideram satisfatórias para que haja o retrocesso na alta de violência no interior da escola (Gestora – entrevista concedida em 09/10/2015).

Conforme ressalta Thurler (2001), o gestor escolar deve se inserir em uma equipe que atue de forma concreta, promovendo transformações para os possíveis

problemas administrativos e pedagógicos nas questões relacionadas à contribuição para a construção coletiva e cooperativa da mudança.

No entanto, embora a gestora da escola Ana demonstre consciência sobre seu papel de articuladora nesse processo, o fato de ela não ter o apoio de uma coordenação pedagógica dificulta a sua atuação no combate à violência. Esse fator de falta de parceiros na equipe gestora explica a fala de alguns professores e alunos em relação ao distanciamento da responsabilização do gestor. Eles atrelam ao gestor funções administrativas e pedagógicas. Contudo, as relacionais ficam divididas entre funcionários e professores, o que demonstra uma fragilidade da escola.

Na quarta questão aplicada ao gestor (“Você consegue apontar os tipos de violência existentes na escola? ”), o mesmo apontou que as “agressões verbais e físicas” estão entre as práticas com a maior frequência no ambiente escolar. De fato, essas modalidades de violência escolar são as mais fáceis de serem percebidas. É preciso verificar, no entanto, se há outras formas de violência que necessitam de intervenção.

Para a quinta pergunta (Existem causas externas à escola que influenciam o índice de violência na escola?), a resposta foi afirmativa. A entrevistada apontou que:

Assaltos, brigas, tráfico de drogas no entorno da escola aumentam os casos de violência em suas dependências, afetam diretamente o ambiente escolar. Muitas vezes, os atos violentos ocorrem fora da escola, mas nós precisamos fazer registros, atender aos alunos, comunicar os pais, entre outros (Gestora – Entrevista concedida em 09/10/2015).

Conforme ressaltam Abramovay e Rua (2002), ao contrário do que se imagina, foi registrado um aumento de violência escolar no período em que a democracia era consolidada, desde a década de 1980. Na atualidade, o ambiente escolar se constitui como um lugar de aprendizagem de valores e de exercício da ética e da razão, mas também é lugar de incivildades, brigas, invasões, depredações e até mortes, visto que é um reflexo, em pequena instância, da realidade social. Nesse sentido, políticas públicas de combate à violência são de extrema importância, uma vez que o objetivo é garantir uma escola de qualidade (no sentido mais amplo da palavra) para todos.

Quanto à sexta pergunta feita, o gestor afirma que não há relação entre os atos de violência na escola e os funcionários da escola, “porque a maioria dos casos ocorre entre alunos e pais de alunos”, demonstrando que a instituição mantém sua integridade ética no intuito de oferecer uma melhor qualidade de ensino aos seus alunos, preservando a relação professor-aluno, necessária para que haja um processo de ensino-aprendizagem satisfatório.

2.4 Análise dos livros de ocorrências

Conforme dito anteriormente, Elias (2011) destaca que a violência escolar engloba uma multiplicidade de práticas que estão entrelaçadas. No contexto atual, a violência está presente em todas as áreas da vida do ser humano, o que implica afirmar que a escola, enquanto espaço de socialização, não está isenta de ser atingida por muitas formas de violência.

Ao longo das últimas décadas, é de conhecimento de todos que os meios de comunicação em massa abordaram um elevado número de casos de violência escolar. Entre os docentes, a prática violenta é assunto de profunda preocupação, e dessa forma, a partir do momento que seus valores, suas motivações ou seus objetivos educativos são contrariados pelos alunos, surgem atos de indisciplina dentro do estabelecimento de ensino.

A análise dos Livros de Ocorrência dos anos 2013 e 2014 é apresentada, a seguir, em forma de quadro, identificando a série dos alunos agressores e vítimas em relação ao tipo de violência exercida naquele momento. O público analisado era o mesmo para os dois anos, considerando que o importante era verificar se o índice de violência do Ensino Fundamental – Anos Finais havia modificado ou não.

Ao analisar os Livros de Ocorrências da escola e fazer a identificação dos tipos de violência que afetam a unidade escolar, foi possível verificar que um número reduzido de estudantes que cometeram atos de violência foi reincidente no ano seguinte. Menos de 1% dos alunos identificados nos registros, em 2013, cometeram atos de violência no ano de 2014.

O Quadro 4 apresenta os tipos de violência identificados na escola, a partir dos registros nos livros de ocorrência, e sua incidência por ano/turma dos alunos agressores e dos agredidos, no ano de 2013.

Quadro 4– Tipos de violência identificados na escola em 2013

SÉRIE DO AGRESSOR	SÉRIE DA VÍTIMA	TIPO DE VIOLÊNCIA
Não citado no livro	6º03	Assédio
7º01	7º01	Assédio e Violência verbal
7º01	7º01	Humilhação Pública e Violência Física
6º01	6º01	Roubo, Violência Física e Verbal
8º03	8º03	Violência Física
6º02	6º02	Violência Física
6º03	6º01	Violência Física
7º02	7º02	Violência Física
7º02	7º02	Violência Física
7º01	7º02	Violência Física
9º03	9º03	Violência Física
6º03	6º03	Violência Física
5º01	5º01	Violência Física
8º01	8º01	Violência Física
8º02	8º02	Violência Física
7º2	7º2	Violência Física
7º02	7º02	Violência Física
7º01	7º01	Violência Física
7º01	7º01	Violência Física
6º03	7º02	Violência Física
3º01	3º01	Violência Física
6º02	8º02	Violência Física
8º03	9º02	Violência Física e Assédio
7º 01	7º02	Violência Física e Verbal
4º	4º	Violência Física e Verbal
6º02	6º02	Violência Física e Verbal
8º02	8º02	Violência Física e Verbal
9º03	9º03	Violência Física e Verbal
9º02	9º02	Violência Física e Verbal
7º01	8º03	Violência Física e Verbal
9º	8º01	Violência Verbal
6º02	6º02	Violência Verbal
Não citado no livro	Não citado no livro	Violência Verbal
7º01	7º01	Violência Verbal
Não citado no livro	Não citado no livro	Violência Verbal

Fonte: Livro de Ocorrências do ano de 2013 da Escola Estadual Ana (2015).

O Quadro 5 apresenta os tipos de violência identificados na escola, a partir dos registros nos livros de ocorrência, e sua incidência por ano/turma dos alunos agressores e dos agredidos, no ano de 2014.

Quadro 5– Levantamento da violência no ano de 2014

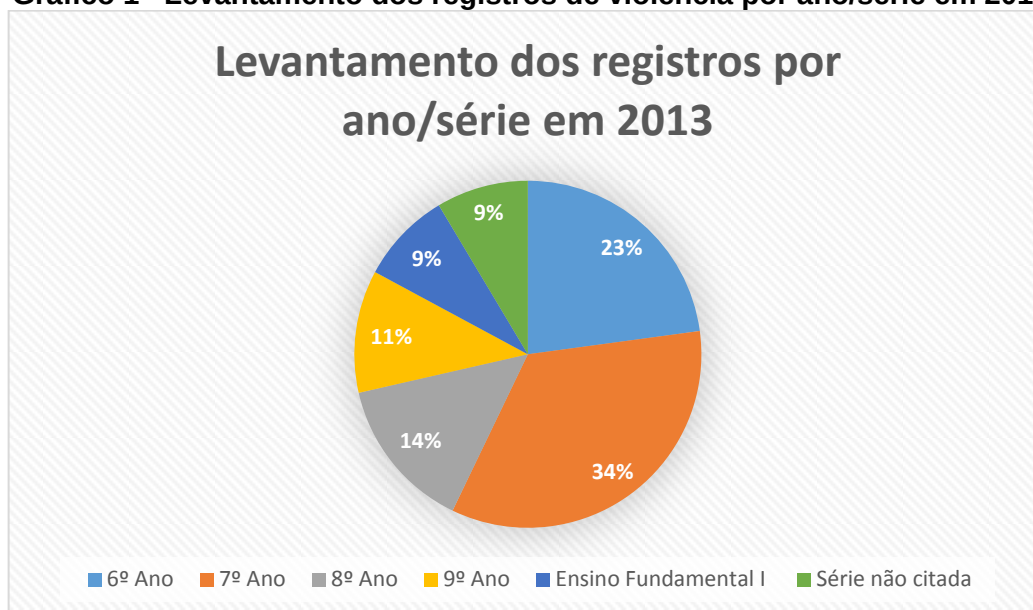
SÉRIE DO AGRESSOR	SÉRIE DA VÍTIMA	TIPO DE VIOLÊNCIA
Não citado no livro	Não citado no livro	Agressão Física
6º03	Não citado no livro	Agressão Verbal
6º03	Não citado no livro	Agressão Verbal
8º02	Não citado no livro	Humilhação Pública
5º02	5º02	Violência Física
8º01	9º03	Violência Física
7º03	7º03	Violência Física
2º01	Não citado no livro	Violência Física
4º01	5º01	Violência Física
6º03	Não citado no livro	Violência Física
6º03	6º03	Violência Física
2º	Não citado no livro	Violência Física
2º01	Não citado no livro	Violência Física
2º02	Não citado no livro	Violência Física
2º01	Não citado no livro	Violência Física
6º03	Não citado no livro	Violência Física
3º02	Não citado no livro	Violência Física
6º02	Não citado no livro	Violência Física
4º01	Não citado no livro	Violência Física e Verbal

Fonte: Livro de Ocorrências do ano de 2014 da Escola Estadual Ana (2015).

Diante dos dados coletados nos livros de ocorrência e mostrados nos Quadros 4 e 5, observou-se que as ocorrências de violência na Escola Estadual em questão foram menores em 2014 em comparação a 2013. Enquanto em 2013 foram feitos 35 registros de alunos dos Anos Finais envolvidos em situação de violência, em 2014, esse número reduziu para 19 casos registrados. Assim, considerando que houve a intervenção da CDE7 neste nível de ensino da escola é possível que essa ação esteja associada à redução dos índices de violência.

Outra evidência nos quadros está relacionada ao tipo de violência que incide no âmbito da escola, a violência física. Tanto no ano de 2013 quanto em 2014, os registros indicam a violência física como sendo a predominante, mesmo quando associada a outros atos de violência.

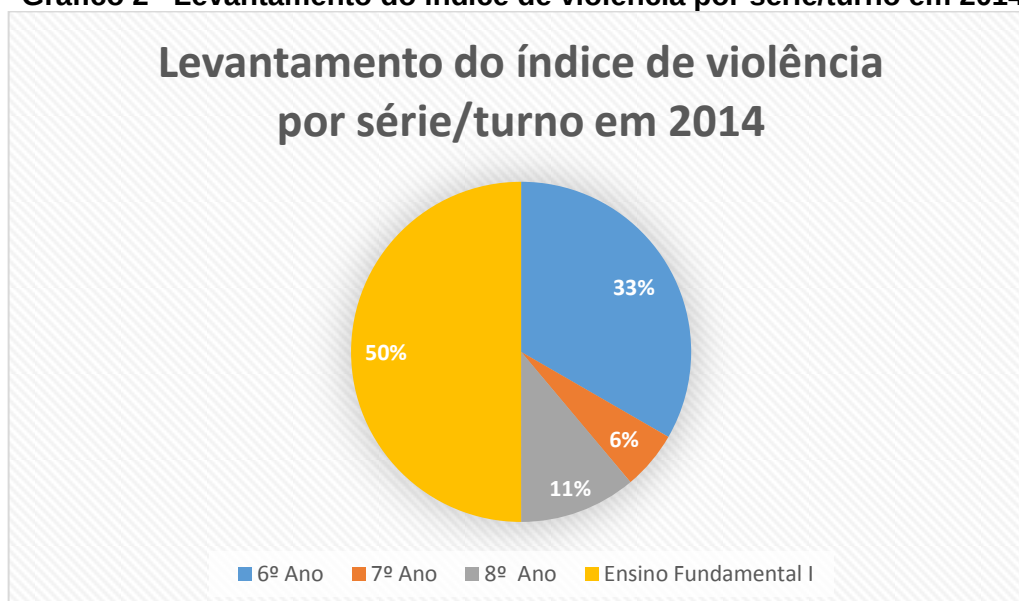
Outro ponto importante está relacionado à identificação do ano/série em que ocorre o maior índice de registros de violência. Dessa forma, o Gráfico 1 apresenta esses dados em forma de percentual distribuídos no Ensino Fundamental-Anos Finais comparados às ocorrências registradas no Ensino Fundamental-Anos Iniciais no ano de 2013.

Gráfico 1– Levantamento dos registros de violência por ano/série em 2013

Fonte: autoria própria.

Conforme observado no Gráfico 1, o percentual dos registros de violência, distribuídos por série do Ensino Fundamental, evidencia que os sétimos anos apresentam maior incidência de atos violentos. Verificando ainda esses dados, observa-se que os registros dos Anos Iniciais são menores comparados aos percentuais dos Anos Finais.

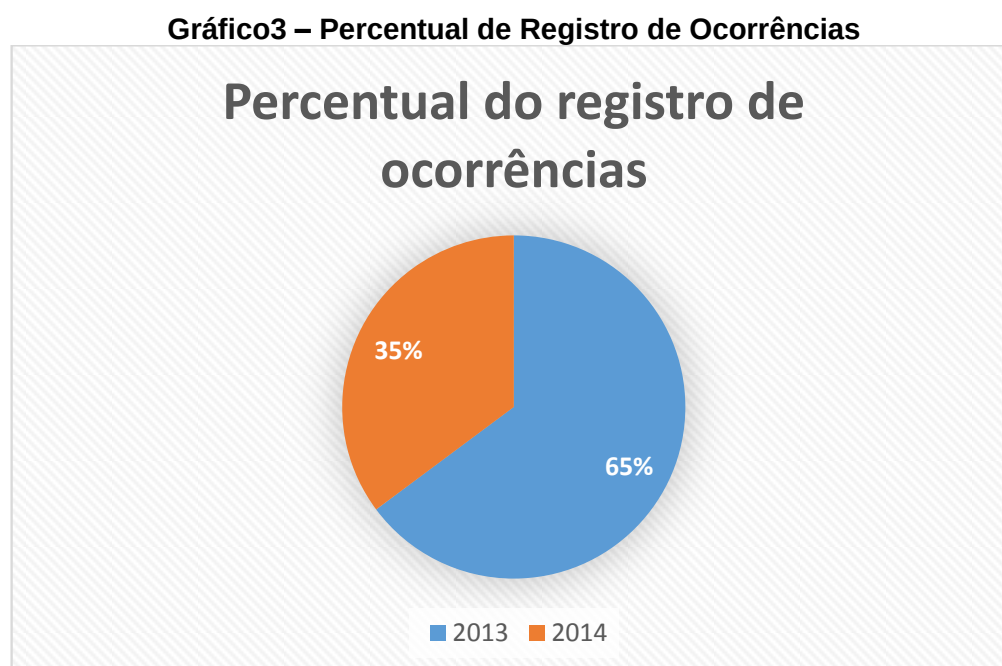
O Gráfico 2 apresenta o percentual dos registros distribuídos por ano/série do Ensino Fundamental comparado às ocorrências registradas no Ensino Fundamental I e aos alunos sem identificação da série envolvida, no ano de 2014.

Gráfico 2– Levantamento do índice de violência por série/turno em 2014

Fonte: autoria própria.

A partir dos percentuais apresentados no Gráfico 2, evidencia-se que a distribuição dos registros por ano/série indica uma nova configuração para a violência na escola, no ano de 2014. É possível afirmar que houve a redução de cerca de 8% no número de registros, sendo a maior incidência, no referido ano, no Ensino Fundamental/Anos Iniciais e com os alunos do sexto ano.

O Gráfico 3 apresenta a redução dos registros de ocorrências de violência na escola pesquisa do ano de 2013 para 2014.



Fonte: autoria própria.

Os percentuais apresentados no Gráfico 3 demonstram que, de todos os registros feitos na escola no ano de 2013, 65% eram de atos que envolviam violência. No ano de 2014, o percentual de registros de violência caiu para 35%. A redução dos percentuais vai ao encontro dos resultados obtido com as ações propostas pela CDE7, além do indicado nos resultados da entrevista com a gestora escolar, quando aponta para a sua anuência às inovações que melhorem o ambiente escolar.

O Gráfico 3 também denota uma realidade vivenciada por grande parte da comunidade escolar, sujeita às violências nos seus mais variados tipos possíveis. Dessa forma, a gestão escolar tem a possibilidade de diminuir o grande número de violência na instituição de ensino com medidas que possam realmente fazer efeito e

mostrar à comunidade, uma escola mais humanizada e eficaz no combate à violência.

Observou-se, diante do estudo, que as trocas de turno reverberaram no fato de que as ocorrências nos registros de violência no interior da escola tiveram decréscimo de 2013 para 2014. Levando-se em consideração os dados coletados juntos aos entrevistados e os obtidos nos registros através dos livros de ocorrência da escola, pode-se afirmar que esses dados dão subsídios para elaborar uma proposta de ação que aponte caminhos para que a gestão escolar, junto com a CDE7, possa implementar ações inovadoras, fortalecendo, assim, o atual quadro positivo de redução de violência.

Para tanto, é necessário o envolvimento de todos que vivenciam o ambiente escolar, sejam alunos, professores, funcionários, equipe gestora e pais, que aliado à inovação de práticas pedagógicas, consigam interagir e transformar o contexto vivenciado pelos alunos e demais partícipes da escola.

As entrevistas evidenciaram que os alunos não conseguem perceber o quanto a violência está impregnada em suas práticas cotidianas, da mesma forma que, para os professores e alunos, a violência está relacionada apenas a agressão física, desconsiderando a agressão verbal, humilhações ou vandalismo na escola.

É considerando o contexto aqui retratado que devem ser criados projetos que promovam a harmonia coletiva e subsidiem ações integradoras, que motivem a interação e a conscientização para a mudança de comportamentos. Algumas estratégias que já são comuns ao ambiente escolar, tais como a promoção de gincana e feiras culturais, podem trazer resultados satisfatórios se forem devidamente organizadas.

Outro ponto que vale a pena ser destacado é a implementação de uma rotina que venha agregar o envolvimento dos pais ou responsáveis, visto que a importância do diálogo com os alunos que cometem violência no interior da instituição escolar foi apontada nas entrevistas como sendo uma alternativa para a diminuição dos índices de violência na escola.

Observa-se, diante dos fatos atuais, que parece haver uma associação entre o índice de violência do ano de 2013 e a sua redução em 2014 com as ações de intervenção da CDE7 para a Escola Ana.

No próximo capítulo apresentamos, diante da fala dos entrevistados, assim como a partir do que foi possível perceber na análise do livro de ocorrências da

escola, um Plano de Ação Educacional (PAE), com ações que permitam intervir de maneira positiva na realidade da escola estudada e pensar medidas para que a CDE7 possa auxiliar as demais escolas que atende.

A proposta traz em seu fundamento possíveis medidas que vão ao encontro dos principais argumentos trazidos pelos entrevistados, propondo ações reflexivas sob a prática da escola, vislumbrando o que se espera para o futuro. Entre os questionamentos encontrados, a proposta transpõe principalmente a fala de um responsável, que ao ser entrevistado afirma que “a escola poderia dar atenção aos alunos com problemas de comportamento”, propondo um espaço de diálogo e inovação, para que se sinta como sujeito ativo dos processos educativos da escola.

Portanto, é mister afirmar que o resultado da pesquisa possibilita que a escola em análise, assim como os profissionais da CDE7, se conscientizem quanto à necessidade de mais esclarecimento acerca da temática. Cabe à CDE7 se aprofundar neste estudo e utilizá-lo para avaliar outras escolas que não tiveram a oportunidade de serem estudadas, mas que vivenciam a problemática da violência. Espera-se, com esta dissertação, que a unidade escolar possa apropriar-se desses resultados a fim de debater, refletir e implementar o que considerar mais apropriado para a sua realidade.

3 PROPOSTA DE AÇÕES PARA A MELHORIA DA PRÁTICA DA ESCOLA ESTUDADA

O presente trabalho buscou compreender se de fato existia um quadro de violência elevado na escola e se a proposta para a melhoria da prática de gestão da escola influenciada pela CDE7 beneficiou ou não a diminuição nos índices de violência na escola pesquisada, contribuindo para melhorias no clima escolar. Foi realizada uma análise documental, especificamente nos livros de registros das escolas, além de entrevistas com alunos, pais, professores e equipe gestora da escola investigada.

Após a coleta e a análise dos dados, sugere-se, em forma de um plano de ação, uma proposta que dê continuidade à busca por melhorias e diminuição dos índices de violência na Escola Ana.

O plano de ação foi estruturado a partir de uma análise crítica das entrevistas, com o intuito de refinar o trabalho realizado pelas escolas com os registros nos livros de ocorrências e das dificuldades que o pesquisador enfrentou durante a coleta de informações, visto que um dos desafios é a falta de dados oficiais sobre a violência nas unidades de ensino da rede estadual do Amazonas.

Espera-se que as ações tornem-se uma prática formal em nível de Coordenadoria Distrital e beneficiem gestores, professores e alunos quanto à formalidade de identificação de atitudes violentas na escola e à busca por soluções mais eficazes, em parceria com outros profissionais e instituições aptos a solucionar problemas oriundos das escolas, não apenas no contexto de violência escolar, mas em toda e qualquer atitude que esteja influenciando negativamente o processo educacional de uma determinada escola.

As ações foram apresentadas de forma descritiva e, em seguida, foram resumidas em um quadro.

3.1 Sistematização dos registros de violência, a partir dos livros de ocorrência, para as escolas da Coordenadoria Distrital 7

Com base no desenvolvimento da pesquisa na Escola Ana, verificou-se que os registros diários do cotidiano da escola foram de fundamental importância para tomada de decisões por parte da CDE7. Observou-se que esses registros ficam

apenas sob o poder da gestão escolar, fazendo com que, muitas vezes, a escola centralize para si os problemas que está enfrentando, deixando para compartilhar com a coordenação da qual faz parte apenas quando o problema chega a um nível agravante.

Ao estudarmos a Escola Ana, ficou evidente, através dos gráficos, que a escola sofria com o grande número de contendas durante o período escolar, porém é possível perceber que nenhuma atitude com o objetivo de minimizar as ações de modo coletivo fora sistematizada antes da tomada de decisão quanto à mudança no turno da escola, realizada pela CDE 7 junto à gestão da escola. O estabelecimento de regras e projetos que promovam o bem-estar na escola seria possível por meio de intermediações da equipe pedagógica no quadro de violência em que a escola vivia. Essa prática seria evidenciada através do Projeto Político Pedagógico da escola, cujo intuito é, em sua construção, implementar princípios que norteiem uma política contra atitudes de violência na escola.

Assim, como ação inicial, a comunidade escolar iniciaria suas atividades coletivamente, buscando conceitos sobre o tema e referenciais para colocar em prática a continuação da elaboração do PPP da Escola Ana. O objetivo dessa prática é elaborar um documento que possa subsidiar as ações do PPP no que se refere à violência na escola.

Neste estudo, tornou-se notório ainda o fato de as escolas enfrentarem situações individualmente. A escola em análise ficou, por muito tempo, sozinha diante do enfrentamento da violência escolar, o que explica muito o abafamento da questão por parte dos entrevistados. Quando o problema não é analisado com o auxílio de algum órgão externo, ele se torna parte do cotidiano da escola, tornando mais difícil pensar em soluções. Portanto, chegou-se à conclusão de que se o acesso às informações das escolas fosse compartilhado de forma hábil com os coordenadores distritais, possivelmente, a interferência deles como medida de solução seria tomada ainda no início do problema.

Portanto, a sistematização dos registros da violência que ocorre no âmbito da escola seria apresentada à coordenação bimestralmente. A proposta tem o objetivo de aproximar a vivência diária da escola de suas Coordenadorias Distritais, expondo seus conflitos desde as primeiras manifestações e não somente quando extremos, visto que, como foi percebido na análise dos dados, a escola não pode nem

consegue, sozinha, dar conta das várias nuances que envolvem a problemática da violência escolar.

Conforme Jardim (2006), as escolas possuem seu papel delimitado em relação aos conflitos externos à escola, e, por isso, devem buscar parcerias com órgãos e profissionais competentes. A fala do autor vai ao encontro da fala geral dos alunos. Quando questionados se a gestão da escola possuía envolvimento com índices de violência, responderam que não, pois a escola não tem competência de resolvê-los. Na entrevista, não foi bem especificado o motivo da falta dessa competência, porém acredita-se que essa prática se materializa através dos problemas familiares e ou sociais, que não são da alçada da gestão escolar.

A sistematização dos registros consiste na elaboração de formulários próprios pela CDE7 que devem ser apresentados aos gestores para preenchimento e devolução ao final de cada bimestre. O formulário conterá a quantificação de ocorrências registradas no período estabelecido, juntamente com as cópias do livro de registro, conforme o modelo proposto.

A partir dos formulários serão gerados um relatório parcial. Esse relatório será avaliado pela equipe de coordenadores, os quais deverão ser aptos para compreender em quais problemas deverão intervir ou buscar ajuda para seus superiores. A preocupação com a seleção dos profissionais que realizarão a avaliação dos registros por parte da CDE é de extrema relevância.

Nesse sentido, com a proposta em ação, os dados poderão ser comparados a cada entrega de relatórios, realizando orientações diretas à gestão da escola, que, muitas vezes, por conta da demanda de trabalho, impossibilita a CDE de realizar tal trabalho.

Com os resultados dos relatórios, os pais e coordenadores terão mais acesso às dificuldades que a escola enfrenta, pois a proposta também sugere que os relatórios sejam divulgados para toda a escola, a cada fim de mês.

Sabe-se que o registro de informações é uma prática necessária para respaldar ou fazer-se acreditar, e ao desenvolver-se a pesquisa, nota-se que a escola obteve sucesso com a devida utilização do Livro de Ocorrências.

O que deve ser colocado em evidência é que, por ser um instrumento sobre o qual apenas a gestão detém poder, as situações guardadas no Livro não são socializadas, prejudicando alguns profissionais que procuram solucionar durante a sua atuação os problemas existentes nas escolas, como é o caso da professora

entrevistada que pontuou a postura de alguns pais ao serem chamados à escola para responder pela atitude de seus filhos.

Durante a entrevista, não foi aberto um espaço no qual o aluno pudesse opinar abertamente, mas acredita-se que se caso necessário, o estudante poderia ter sugerido ações viáveis para solucionar os conflitos existentes na escola.

Assim, como os alunos podem influenciar diretamente em um contexto escolar, os pais são diretamente responsáveis pela continuidade do que é ensinado na escola. Desse modo, o sistema trará também aos pais e responsáveis um espaço de diálogo e sugestões, pois podemos observar através da entrevista que alguns pais se sentem como atores de influência direta na diminuição dos índices de violência existentes na escola.

Com a intervenção da CDE7, após a análise dos registros enviados pela escola, a gestão da escola terá a possibilidade de refletir diretamente sobre a sua postura, modificando e transformando suas ações e seus planejamentos em prol do melhoramento do processo escolar. Tal posicionamento se espelha na fala da gestora da escola, quando na entrevista, ressalta a importância de a escola possuir regras internas que conduzam a interação, a postura e o perfil de uma escola.

Dessa forma, a sistematização dos registros de violência na escola, possivelmente, ajudará na ampliação das possibilidades de melhoramento das práticas escolares, não só ligadas ao contexto apresentado na pesquisa, mas em qualquer situação que venha prejudicar o envolvimento e atividades dos atores da escola Ana.

A sistematização dos registros também dará melhor visibilidade para a CDE7 quanto às orientações e ações necessárias para as escolas que precisem de sua intervenção, promovendo dados reais do contexto escolar, auxiliando nas medidas necessárias em tempo hábil.

As atividades devem iniciar em janeiro de 2016, e, na primeira reunião, os pais deverão estar cientes do acompanhamento da Coordenadoria e da escola. A ação ocorrerá em duas etapas e cada uma conterà processos distintos com o objetivo de promover melhorias para as escolas.

A primeira etapa ocorrerá bimestralmente: ao final de cada bimestre, a escola deverá enviar seus relatórios com a quantidade de ocorrências registradas, anexando suas cópias. A CDE7 deverá arquivar esses relatórios e terá um prazo de um mês para analisá-los.

A segunda etapa consistirá na devolutiva trimestral e anual por parte da CDE7 para a escola. Isto ocorrerá nos meses de abril, julho e outubro de 2016.

As devolutivas deverão conter intervenções no andamento educacional da escola, com ações a serem implementadas, devidamente definidas com as escolas, considerando a particularidade de cada uma, conforme o posicionamento da equipe gestora.

As devolutivas anuais deverão ocorrer em novembro de 2016, com norteamentos para o ano seguinte, no intuito de diminuir índices que devem ser encontrados como negativos por parte dos avaliadores. Essa avaliativa deverá apresentar todos e quaisquer dados encontrados nos relatórios trimestrais, críticas quando necessário, e apresentação de um perfil para a escola.

A cada reunião de pais e mestres, uma síntese da devolutiva enviada pela Coordenadoria Regional deve ser apresentada a eles, com o intuito de divulgar o acompanhamento realizado na escola.

3.2 Criação de uma comissão de trabalho de enfrentamento à violência

Durante a coleta de dados para a definição do caso de gestão e após a análise dos dados resultante da pesquisa, observou-se a necessidade de sistematizar as informações sobre a violência na escola, transpondo-as com as entrevistas realizadas, elaborando um plano para que a escola e a CDE 7 tivessem, de forma coletiva, total respaldo e participação na construção de planos e metas no combate à violência na escola Ana.

Observou-se, ainda, que, apesar da Secretaria de Educação contar com uma gerência que oferece aos educandos ações e programas educacionais específicos, inclusive de combate ao abandono escolar, não foi possível coletar informações oficiais acerca da temática violência na escola.

A Secretaria conta também com uma gerência de estudos estatísticos que tem, ao longo dos últimos anos, buscado soluções para o reordenamento das matrículas, das informações para o Censo Escolar, entre outros. No entanto, essa gerência também não tem estudos voltados para a temática violência na escola.

Dessa forma, sugere-se criar uma Comissão de Trabalho que envolva membros da Coordenadoria Distrital de Educação 7, da Gerência de Programas e Projetos e Atendimento ao Escolar (GEPPAE), Gerência de Pesquisa e Estatística

(GEPE), da Gerência de Atendimento a Diversidade (GADI), da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Assistência Social, representantes de pais, do Conselho Tutelar, entre outros membros do setor educacional, para sistematizar as informações obtidas a partir dos relatórios dos registros da violência nas escolas e propor ações em conjunto para redução da violência no ambiente escolar.

Essa comissão deve ser criada no início do ano, visto que as informações coletadas podem subsidiar o planejamento de matrícula para as escolas para o ano subsequente. Pretende-se, com a criação dessa comissão, identificar os principais tipos de violência praticadas nas escolas atendidas pela CDE7, estudar as suas causas, pensar em ações que podem auxiliar as escolas no enfrentamento dessa questão.

3.3 Elaboração um calendário de atendimento às escolas da Coordenadoria Distrital 7

Os entrevistados relataram dificuldade em enfrentar a violência, principalmente no que tange aos alunos, sendo esse um dos principais fatores que imobilizam os profissionais da educação. Sugere-se, portanto, que a coordenadoria elabore um calendário de atendimento às escolas com formação, palestras e outras ações voltadas para atender a esses profissionais.

O atendimento às escolas pode ser realizado por meio de parcerias com outros órgãos estaduais que já realizam trabalhos com essa temática ou por profissionais de outras áreas, tais como psicólogos, médicos, entre outros.

O calendário deverá ser elaborado no início do ano escolar, considerando o calendário letivo definido pela SEDUC-AM. A responsável pela realização desta ação é a Coordenadoria Distrital, por intermédio de seus coordenadores e assessores.

As ações propostas não necessitam de custos, visto que podem ser inseridas no planejamento da Coordenadoria. Os resultados desta pesquisa demonstram que as ações propostas se apresentam interessantes diante da necessidade de adotar uma postura positiva e de enfrentamento a uma realidade desoladora de muitas escolas da rede de ensino.

3.4 Elaboração ou revisão do projeto político pedagógico das escolas da CDE

7

O Projeto Político Pedagógico, por ser um documento, define a instituição escolar conferindo-lhe uma identidade própria, e que, ao ser elaborado ou revisado com o envolvimento de toda a comunidade escolar, poderá propor melhorias que atendam individualmente ou coletivamente aos alunos.

Dentre as muitas proposições que constem no PPP, as ações que indiquem práticas inovadoras ou mudanças nas metodologias de ensino que alcancem o universo estudantil e os professores devem ser voltadas para discutir ou abordar a violência no contexto escolar que possam proporcionar melhorias para o ambiente escolar.

Assim, conforme dito anteriormente, é importante pensar no PPP como um documento que permita ser um instrumento que evidencie essa busca de melhorias educacionais e que projete mudanças na vida do escolar, sendo resultado de uma ação democrática e que se torne um instrumento acessível a todos.

Portanto, é necessário que o PPP esteja em sintonia com a realidade da escola e, para isso, a cada início de ano letivo, durante o período da jornada pedagógica, a equipe gestora deve propiciar as condições para que a ação de elaborar ou revisar o PPP seja realizada.

Para finalizar a sistematização do PAE, o Quadro 6 apresenta as ações propostas através da ferramenta 5W2H, destacando-se que a justificativa e o método pelo qual as ações se realizarão já foram amplamente defendidos anteriormente.

Quadro 6 – Plano de Ação

Ação	Como	Onde	Quem	Quando	Custos
Elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico da escola	O PPP define a identidade da escola, conferindo-lhe a possibilidade de uma gestão mais democrática quando envolve toda comunidade escolar na sua elaboração ou revisão.	Escola Ana	Equipe gestora, pais e responsáveis, funcionários e alunos.	Durante o primeiro semestre	Não tem custo adicional.
Sistematização dos registros de violência nas escolas	A proposta tem o objetivo de aproximar a vivência diária da escola e a Coordenação na sistematização das informações e registros sobre a violência.	Escolas CDE7	Equipe gestora; Coordenadores e supervisores pedagógicos	As escolas farão entregas dos formulários bimestralmente; A CDE7 fará a devolutiva dos formulários para	Não tem custo adicional.

				as escolas trimestralmente.	
Criação de uma Comissão de Trabalho	Reunindo representação de diversas instituições que atuam no combate a violência ou realizam estudos acerca do tema.	Local a definir	Coordenador ia GEPPAE GEMAT GADI Outros	Início do ano escolar	Não tem custo adicional
Elaboração de um calendário de formação e palestras sobre a violência na escola	Técnicos da CDE7 elaborarão atendimento às escolas com formações e palestras ajustando-o ao calendário da SEDUC-AM	Escolas	Coordenador ia	No início do ano letivo	Não tem custo adicional.

Fonte: autoria própria.

O Quadro 6 permite uma melhor visualização das ações propostas e, com isso, é possível destacar que todas as proposições se apresentam sem custo adicional para sua efetivação. A elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola em estudo é imprescindível para que a gestão escolar, juntamente com o corpo docente e outros servidores, tenham a clareza sobre a identidade da escola, sua função social junto aos alunos e quais os caminhos a serem traçados para alcançar a melhoria do processo educativo e, principalmente, a redução dos casos de violência no ambiente escolar.

Uma vez elaborado o PPP, a sistematização dos registros de violência será importante para que o acompanhamento e a adoção de ações necessárias para reduzir os casos de violência ocorram. Tal sistematização permitirá, ainda, que a CDE7 se mantenha atenta a possíveis intervenções quando se fizer necessário, subsidiando, assim, o trabalho que a comissão constituída pela CDE7, GEPPAE e GEMAT fará para obtenção dos dados relativos à manifestação de violência na escola e na tomada de decisão para dar o tratamento devido que o caso requer.

Quanto à realização das palestras e formações sobre o tema em pauta, é importante destacar que elas devem ser ministradas por pesquisadores das universidades que estudam o assunto, assim como por instituições que estão diretamente ligadas à violência, como, por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública, através dos seus programas de combate a drogas e violência, como é o caso do PROERD, do Caravana da Cidadania; da Gerência de Programas e

Projetos Especiais da SEDUC-AM, que contam com os profissionais de assistência social.

É importante destacar, ainda, que a gestão da escola em estudo nesta dissertação apresenta-se sobrecarregada visto que desempenha além das funções administrativas, as questões pedagógicas, visto que não tem o apoio de uma coordenadora pedagógica para atuar nessa função. Nesse sentido, é urgente que a CDE7 possa verificar as possíveis defasagens nas equipes gestoras das escolas sob sua coordenação para suprir essa necessidade. Sabemos que um gestor sozinho não consegue realizar um trabalho de qualidade, sendo da responsabilidade dos órgãos gestores superiores oferecer um quadro de profissionais completo para o bom funcionamento da unidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pensamentos apresentados ao longo do trabalho trazem concepções e reflexões acerca de um contexto de violência vivenciado no cotidiano da escola Ana. Na atualidade, práticas de violência são temas comuns não apenas na ficção (filmes e novelas), mas, a cada dia, é possível perceber que rivalidades e lutas pessoais estão cada vez mais inseridas na sociedade. Diferente do que imaginamos e vemos, a violência adentra o espaço escolar e vem prejudicando não só as relações entre professor e aluno, mas também passando a interferir nas notas, no comportamento e até mesmo nas famílias.

A escola estudada, assim como muitas, apresentou um contexto como o relatado acima, no qual já não se predominava o processo de ensino-aprendizagem como centro da gestão da escola, mas sim a resolução de conflitos entre os participantes da comunidade escolar. Tal impasse preocupou, no ano de 2013, a instituição que coordena as escolas – neste caso, a Coordenadoria Distrital 7 –que tem a função de orientar, supervisionar e acompanhar o desenvolvimento das escolas sob sua responsabilidade.

A pesquisa ainda se preocupou em compreender as concepções dos principais atores envolvidos no contexto (o aluno, os pais, os professores e o gestor), com os respectivos argumentos coletados em forma de entrevista, para resultar em um plano de ação que se constitui em proposições que venham a beneficiar a escola e seus demais atores na busca por soluções mais eficazes no enfrentamento à violência ou a qualquer outro impedimento que afete negativamente o processo educacional.

A pesquisa proporcionou, também, vivências para além do tema, e foi possível perceber a importância dos instrumentos de registros do cotidiano da escola, com os quais é possível tabular, verificar, pontuar, transformar e inovar o ambiente escolar. Através dos registros diários, a escola se expressa; daí a importância de um acompanhamento sistematizado por parte da Coordenadoria Distrital.

Participar desta pesquisa foi um grande desafio. Considerando que o autor tem sua prática profissional assentada no acompanhamento pedagógico realizado nas escolas da coordenadoria distrital, traduziu-se em um desafio maior refletir e

criticar sua própria atividade, transpondo o que é necessário com o que é possível dentro da realidade apresentada.

Diante da pesquisa bibliográfica, foi possível perceber que o tema de violência nas escolas ainda está longe de ser algo conclusivo, mas pesquisas como as de Abramovay e Rua (2002) contribuem para que esta também se torne parâmetro para outras e sirvam como referência para a construção de um espaço de diálogo sobre o referido tema.

Desse modo, finaliza-se este estudo acreditando que os limites podem ser ultrapassados e que a escola é um espaço de transformações, cuja mola propulsora é a união e as relações que ela promove com seus participantes. Acredito que os conhecimentos adquiridos serão válidos para toda a trajetória profissional do pesquisador, auxiliando-o na construção de um perfil de educador-pesquisador.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das graças. **Violência nas Escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ALMEIDA, José de. As violências que estão na escola. **Revista Nova Escola**. 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestaoescolar/diretor/violencias-estao-escola-432178.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Aluno A. **Entrevista concedida em 09/10/2015**. 2015.

Aluno B. **Entrevista concedida em 09/02/2015**. 2015.

Aluno C. **Entrevista concedida em 09/10/2015**. 2015

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Educação no Amazonas**. 2015a. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/gabinete>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

_____. Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. **Caravana da Cidadania**. 2015b. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2014/03/programa-caravana-da-cidadania-desarticula-acao-de-trafficantes-na-zona-sul/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Informações diversas**. 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. **Plano de Gestão Transparente**. 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/plano-gestao-transparente-19-outubro.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. **Governo inaugura a quarta escola na zona norte**. 2010. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2010/03/governo-do-estado-inaugura-quarta-escola-na-zona-norte>>. Acesso em 17 de nov. 2015.

_____. **Programa Ame a Vida**. 2009. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2009/11/projeto-ame-a-vida-previne-violncia-e-reduz-ocorrncias-de-carter-social/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BASTOS, Luiza Burlamaqui. **Psicologia e violência escolar: contribuições para o enfrentamento do fenômeno**. 2008. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educare/educare2008/>>. Acesso em: 20 out 2015.

BORGES, Evandro Geraldo Ferreira. **A violência nas escolas, o trabalho da formação ameaçado por uma questão de segurança pública**. Monografia (Especialização em Criminalidade e Segurança Pública). Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Sociologias**, n.8, ano 4, p. 432-443, Porto Alegre, jul./dez.2002.

CHARLOT, Bernard; EMIN, Jean-Claude (coord.). **Violences à l'école. Étatdessaivirs**. Paris: Armand Colin. 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Senso Comum e transparência**. In: O Preconceito. São Paulo: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/Imprensa Oficial, 1996/1997.

COLOMBIER, Claire. **A violência na escola**. (Tradução de Roseana Kligerman Murray). São Paulo: Summus, 1989.

DEBARBIEUX, Éric (coord.). La violence à l'école: approaches européennes. Institut National de Recherches Pédagogiques. In: **Revue Française de Pédagogie**, n.º 123 - avril, mai-juin, 1998.

DEBARBIEUX, Éric. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DUPÂQUIER, Jaques. **La violence en millieuscolaire**. In: Éducation et formation: enfants et adolescents en difficulté. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

ELIAS, Maria Auxiliadora. **Violência escolar: caminhos para compreender e enfrentar o problema**. 1. ed. São Paulo: Ática Educadores, 2011.

ESCOLA ESTADUAL ANA. **Livro de ocorrências de 2013**. (documento interno). Manaus, 2013.

ESCOLA ESTADUAL ANA. **Livro de ocorrências de 2014**. (documento interno). Manaus, 2014.

FERNANDES, Daniela. **Pesquisa põe Brasil em topo de ranking de violência contra professores.** 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140822_salasocial_eleicoes_ocde_valorizacao_professores_brasil_daniela_rw>. Acesso em: 31 out. 2015.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico.** Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas: MEC/FNUAP, 1994.

Gestora. **Entrevista concedida em 09/10/2015.** 2015.

GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, galeras e narcotráfico.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro.2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/pp_ts/00000010135709212012572220530659.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2014.

INEP. **Dados do Educacenso.** 2014. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/situacao-do-aluno>>. Acesso em: 19 dez.2014.

JARDIM, Ana Paula. **Relação entre Família e Escola: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem.** Presidente Prudente: Unoeste, 2006.

LUCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

NJAINE, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 13, p. 119-134, ago. 2003.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda. Gestão escolar e combate à violência: uma articulação necessária. **Contrapontos**, vol. 8, n. 3, p. 491-505, set/dez 2009.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

PRIOTTO, Elis Palma. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

Professora A. **Entrevista concedida em 09/10/2015.** 2015.

Professora B. **Entrevista concedida em 09/10/2015.** 2015.

Professora C. **Entrevista concedida em 09/10/2015.** 2015.

Responsável A. **Entrevista concedida em 08/10/2015.** 2015.

Responsável B. **Entrevista concedida em 08/10/2015.** 2015.

Responsável C. **Entrevista concedida em 08/10/2015.** 2015.

RIOS, Terezinha Azeredo. **O espaço físico da escola é um espaço pedagógico.** 2011. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/espaco/espaco-fisico-escola-espaco-pedagogico-630910.shtml>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

SEDUC. **Portal do Governo do Estado do Amazonas.** 2015. Disponível em: <www.amazonas.am.gov.br/2012/03/seduc-inaugura-sede-da-coordenadoria-de-educacao-na-zona-norte-de-manaus/>. Acesso em: 28 out. 2015.

SIGEAM. **Rendimento Web.** 2014. Disponível em: <<https://servicos.sigeam.am.gov.br/login/login.asp>>. Acesso em: 17 set. 2015.

Rendimento Web. 2015. Disponível em: <<https://servicos.sigeam.am.gov.br/login/login.asp>>. Acesso em: 17 set. 2015.

SILVA, Maria Abadia da. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira. In: **Arte & Manhas dos Projetos Políticos e Pedagógicos**, vol.23, n.61, 2003.

SCHILLING, F. Violência nas escolas: explicitações, conexões. **Série cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos**, v.4. Curitiba: SEED, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. 1998. **A Instituição Escolar e a Violência.** Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file>. Acesso em: 10 jun. 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.